

# CIÊNCIA & POLÍCIA

REVISTA CIENTÍFICA DO INSTITUTO  
SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS

v.5 nº1 (2019)



**POLÍCIA MILITAR**  
DISTRITO FEDERAL

ISSN 2316-8765

**Revista Ciência e Polícia**

**Volume 5**

**Número 1**

**Maio/Junho de 2019**

**ISSN 2316-8765**

**CIÊNCIA E POLÍCIA**



Esta é uma publicação semestral do Instituto Superior de Ciências Policiais da Polícia Militar do Distrito Federal.  
ISSN 2316-8765

A Revista Ciência e Polícia (RCP) é uma iniciativa do Instituto Superior de Ciências Policiais, da Polícia Militar do Distrito Federal. Desde a sua constituição, a RCP tem sido um espaço de reflexão sobre aspectos teóricos relacionados às Ciências Policiais e suas áreas de intersecção, como Sociologia, Direito, Antropologia, Administração, Psicologia, Ciência Policial, dentre outros. Além disso, a RCP tem como objetivo difundir inovações em segurança pública, avaliação de práticas, procedimentos e processos de organizações do sistema de justiça criminal, além de promover discussões sobre atividades operacionais dessas organizações.

#### **Comandante Geral**

Julian Rocha Pontes – CEL QOPM

#### **Chefe do DEC**

Marcelo Helberth De Souza – CEL QOPM

#### **Diretor da DPPHC**

Paulo José Ferreira De Sousa Ferreira – TC QOPM

#### **Coordenador Administrativo do CIEP**

João Evangelista Nasário De Aquino – MAJ QOPM

#### **Coordenador Científico do CIEP e Editor-Chefe da RCP**

Márcio Júlio Da Silva Mattos – CAP QOPM

#### **Revisão de textos**

Adriane Mônica Da Silva – CB QPPMC

#### **Capa e produção artística**

Wesley Santos De Brito – SD QPPMC

Setor de Áreas Isoladas Sudeste (SAISO)  
- Área Especial Nº 4 - Setor Policial Sul,  
Brasília-DF. CEP: 70610-200

3190 6440 / [revista@iscp.edu.br](mailto:revista@iscp.edu.br)

#### **Conselho Editorial**

CEL QOPM Marcelo Helberth de Souza,  
Instituto Superior de Ciências Policiais  
(ISCP), Brasil

MAJOR QOPM João Evangelista Nasário  
de Aquino, Instituto Superior de Ciências  
Policiais (ISCP), Brasil

MAJOR QOPM Isângelo Senna da Costa,  
Instituto Superior de Ciências Policiais  
(ISCP), Brasil

CAP QOPM Francisco Guilherme Lima  
Macedo, Instituto Superior de Ciências  
Policiais (ISCP), Brasil

CAP QOPM Márcio Júlio da Silva  
Mattos, Instituto Superior de Ciências  
Policiais (ISCP), Brasil

CAP QOPM Thiago Gomes Nascimento,  
Instituto Superior de Ciências Policiais  
(ISCP), Brasil

Dr. Breno Giovanni Adaid-Castro, Centro  
Universitário IESB, Brasil

Dra. Dália Sousa Gonçalves da Costa,  
Instituto Superior de Ciências Sociais e  
Políticas (ISCSP). Universidade de  
Lisboa (ULisboa), Portugal

Dra. Eda Castro Lucas de Souza,  
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

---

Copyright © 2019 por RCP/ISCP.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Superior de Ciências Policiais.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>A EXPECTATIVA DE VIDA DO POLICIAL MILITAR: UMA COMPARAÇÃO COM A POPULAÇÃO GERAL .....</b>	<b>12</b>
Rodrigo Kravetz de Oliveira	
<b>USO DE TATUAGENS, CINCO GRANDES FATORES DE PERSONALIDADE E ATOS INFRACIONAIS.....</b>	<b>36</b>
Tamyres Tomaz Paiva, Carlos Eduardo Pimentel, Isabela Helem Boaventura, Silva Bomfim, Mariana dos Santos e Márcio Davi Dutra	
<b>UMA SUGESTÃO DE PROTOCOLO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER PELAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL.....</b>	<b>54</b>
Sandro Roberto Campos	
<b>IMPACTO E SATISFAÇÃO NO ENSINO DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA .....</b>	<b>84</b>
Fabício de Andrade Raymundo e Isângelo Senna da Costa	



## Summary

**PRESENTATION** \_\_\_\_\_ 9

**THE MILITARY POLICE OFFICER LIFE EXPECTATION: A COMPARISON WITH THE GENERAL POPULATION** \_\_\_\_\_ 12

Rodrigo Kravetz de Oliveira

**USE OF TATTOOS, BIG FIVE PERSONALITY FACTORS, AND INFRACTION ACTS** \_\_\_\_\_ 36

Tamyres Tomaz Paiva, Carlos Eduardo Pimentel, Isabela Helem Boaventura, Silva Bomfim, Mariana dos Santos e Márcio Davi Dutra

**A SUGGESTED PROTOCOL FOR THE ADMINISTRATION OF DOMESTIC VIOLENCE POLICIES BY BRAZIL'S MILITARY POLICIES** \_\_\_\_\_ 54

Sandro Roberto Campos

**IMPACT AND SATISFACTION ON PUBLIC SAFETY INTELLIGENCE TEACHING** \_\_\_\_\_ 84

Fabício de Andrade Raymundo e Isângelo Senna da Costa



## Apresentação

Márcio Júlio da Silva Mattos<sup>1</sup>  
Editor-Chefe

O debate acadêmico sobre a polícia tem se mostrado vigoroso no contexto social brasileiro contemporâneo. Poucos temas são tão candentes na agenda pública do país. Não apenas enquanto objeto de estudo, mas também como parte em tramas sociais, políticas, econômicas, ambientais e históricas, a polícia tem sido tema de análises críticas. Nesta edição da RCP, a tradição de pesquisas sobre agências policiais encontra quatro importantes contribuições. Antes disso, contudo, o volume 5 da RCP representa um retorno à periodicidade semestral de publicação sob nova direção editorial.

No estudo que abre esta edição, **Rodrigo Kravetz de Oliveira** discute a expectativa e o cálculo do tempo de vida médio do policial militar do Paraná. A partir de métodos estatísticos, o autor encontra evidências de diferenças relevantes na expectativa de vida de oficiais e praças. Numa palavra, destaca-se a existência de uma correlação positiva entre o grau hierárquico do policial militar e o tempo médio de vida, ou seja, quanto maior a patente, maior o tempo médio de vida do militar. Além disso, o artigo compara a expectativa de vida média da população brasileira e dos policiais militares do Paraná. Os resultados indicaram que o policial militar ingressa na PMPR com uma maior expectativa e ao longo do tempo ela cai para níveis abaixo da população brasileira. Para os soldados, no entanto, a expectativa de vida é menor que a do brasileiro para todas as faixas etárias, em média 3 anos a menos, chegando a 4,3 anos a menos na última faixa etária analisada.

No texto seguinte, **Tamyres Tomaz Paiva, Carlos Eduardo Pimentel, Isabela Helem Boaventura Silva Bonfim, Mariana dos Santos e Márcio Davi Dutra** analisam relações entre o uso de tatuagem, atos infracionais e os fatores de personalidade em jovens com e sem conflito com a lei. Com base em pesquisa

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília com período como Pesquisador Visitante na University of Massachusetts Boston.



empírica realizada em João Pessoa-PB, os autores destacaram a existência de relações entre o uso de tatuagens com os seguintes fatores de personalidade: agradabilidade ( $\rho = -0,28$ ;  $p < 0,05$ ); extroversão ( $\rho = 0,40$ ;  $p < 0,01$ ); estabilidade emocional ( $\rho = -0,38$ ;  $p < 0,01$ ) e abertura às experiências ( $\rho = 0,24$ ;  $p < 0,05$ ). Além disso, foi evidenciada uma correlação positiva entre o uso de tatuagens e o cometimento de atos infracionais ( $\rho = 0,56$ ;  $p < 0,01$ ). Logo, o uso de tatuagens se mostrou um fator relevante para compreender a personalidade e os comportamentos antissociais.

O terceiro artigo desta edição tem autoria de **Sandro Roberto Campos**, oficial da Polícia Militar do Espírito Santo. O objetivo do autor é tanto analítico quanto propositivo: analisar a atuação de policiais militares em ocorrências de violências domésticas contra mulheres e, com isso, sugerir protocolos de atuação para esses casos. Inicialmente, discute-se o enquadramento jurídico do trabalho policial militar em ocorrências de violência doméstica, por meio de hermenêutica própria. Em seguida, o autor propõe, a partir das experiências vividas no Espírito Santo, um protocolo com nove procedimentos para o atendimento de casos de violência doméstica envolvendo mulheres. São previstas medidas desde o recebimento das chamadas policiais, chegada ao local da ocorrência, cuidados no atendimento, necessidades de encaminhamento, procedimentos de detenção e condução e, ainda, são discutidas dúvidas comuns dos policiais militares. Trata-se de contribuição aplicada a uma das temáticas mais relevantes do contexto social brasileiro.

Por fim, o artigo que encerra esta edição tem autoria de **Fabício de Andrade Raymundo e Isângelo Senna da Costa**, oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal. O texto tem como objetivo analisar a gestão educacional de cursos de inteligência policial. O trabalho de campo foi realizado entre janeiro e outubro de 2015 e utilizou dados de cinco diferentes edições de cursos. Por meio de análises estatísticas, os autores argumentam em favor da pertinência do modelo de gestão educacional em inteligência de segurança pública. Em particular, a importância da avaliação de processos formativos é enfatizada a partir das análises dos autores. Por fim, o impacto das capacitações refletiu de forma positiva sobre a avaliação da satisfação, em particular da eficácia institucional, além da melhoria da qualidade do trabalho, do conhecimento, das habilidades e das atitudes. **Boa leitura!**

## Relação de pareceristas desta edição

Bruno César Prado Soares

Francisco Guilherme Lima Macedo

João Carlos Félix

Layla Maria Santos

Leandro Rodrigues Doroteu

Lucas Heiki Matsunaga

Luciano André da Silveira e Silva

Luciano Loiola da Silva

Márcio Júlio da Silva Mattos

Paulo Henrique Ferreira Alves

Thiago Gomes Nascimento

Wellington dos Santos Cerqueira





# A EXPECTATIVA DE VIDA DO POLICIAL MILITAR: UMA COMPARAÇÃO COM A POPULAÇÃO GERAL

Rodrigo Kravetz de Oliveira

[kravetzpm@gmail.com](mailto:kravetzpm@gmail.com)

Oficial policial-militar do Estado do Paraná. Possui o Curso de Formação de Oficiais e o Curso de Instrutores de Educação Física da Polícia Militar do Paraná. É mestrando da Liverpool John Moores University.

Data de recebimento: 21/07/2017

Data de aprovação: 24/05/2019

## RESUMO

Esse artigo objetiva o cálculo do tempo de vida médio do policial militar do Paraná e de sua expectativa de vida, relativa ao ano de 2014 (visando comparação com o estudo do IBGE do mesmo ano). O método estatístico foi utilizado para o cálculo do tempo de vida médio, com os dados de todos os falecimentos de policiais militares do Paraná, do serviço ativo e aposentados, registrados entre 2012 e 2016; o método revisto de Chiang (Chiang II) foi utilizado para o cálculo da expectativa de vida. As conclusões mostram que o tempo de vida médio do policial militar do Paraná é de 66,3 anos e que o soldado policial-militar, o trabalhador de menor hierarquia, tem o menor tempo médio de vida: 61,9 anos. Além disso, há uma diferença de aproximadamente 10 anos e meio no tempo médio de vida entre os que faleceram como oficiais (75,7) e os que faleceram como praças (65,3). Existe também correlação linear ( $r=0,857$ ) entre a graduação da praça e seu tempo médio de vida: quanto maior o grau hierárquico, maior o tempo médio de vida. Esta mesma correlação não foi encontrada entre os Oficiais. Quanto à expectativa de vida, o policial militar ingressa na PMPR com uma maior expectativa e ao longo do tempo ela cai para níveis abaixo da população brasileira. Para os soldados, no entanto, a expectativa de vida é menor que a do brasileiro para todas as faixas etárias, em média 3 anos a menos (-2,98 - 1,73; IC=95%), chegando a 4,3 anos a menos na última faixa etária analisada (80-84).

**PALAVRAS-CHAVE:** Expectativa de vida. Tábua de mortalidade. Policial militar. Método de Chiang.



---

**THE MILITARY POLICE OFFICER LIFE EXPECTATION: A COMPARISON  
WITH THE GENERAL POPULATION****ABSTRACT**

This paper aims to calculate the average age of death of Brazilian police officers from Parana State and their life expectancy (year of reference: 2014), to compare the obtained results against Brazilian 2014 life table. The statistic method was used to calculate the average age of death of active and retired police officers, including all reported deaths between 2012 and 2016. Life expectancy tables were constructed using Chiang's method of abridged life tables. Results show that the average age of death of police officers is 66.3 years; and that police officers ranked as soldiers (lowest hierarchy level) have the lowest average: 61.9 years. Furthermore, there is a 10.5 years difference between those who died as commissioned officers (Lieutenants and above: 75.7), and those who died at lowest ranks (Sergeants, corporals and soldiers: 65.3). There is also a linear correlation ( $r = 0,857$ ) between rank and average age of death on lowest ranks. This same correlation was not found in ranks from Lieutenant and above. Police officers from Parana have higher life expectancy than Brazilian population at earlier ages, but it falls to relative lower levels on elder age intervals. Soldiers, however, have lower life expectancy than Brazilian population at all age intervals, in average 3 years (2.98 - 1.73; CI=95%), getting to 4.3 years lower at last age interval (80-84).

**KEYWORDS:** Life expectancy. Life table. Police officers. Chiang's method.

## 1. INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem demonstrando um aumento gradual na esperança de vida ao nascer do brasileiro – comumente chamada de expectativa de vida – durante as últimas décadas. (IBGE, 2016). A tábua de mortalidade de 2014 divulgada pelo IBGE, na qual podem ser identificados os valores de esperança de vida para cada faixa etária, aponta uma expectativa de vida do brasileiro de 75,2 anos. Dentre as Unidades da Federação, o Paraná aparece com esperança de vida ao nascer de 76,5 anos. (IBGE, 2015)

Inexistem nos estudos do IBGE, no entanto, dados com relação à expectativa de vida de determinadas profissões, como por exemplo a do policial militar. Estes dados e informações poderiam, por exemplo, servir de embasamento para os administradores públicos na tomada de decisões com relação a esta classe de trabalhadores, bem como para a adoção de políticas públicas no caso de identificação de discrepâncias entre a expectativa de vida da população em geral em comparação com determinadas profissões, a exemplo dos policiais militares.

Ainda, identificou-se que existe certa confusão com relação aos conceitos de tempo médio de vida e a expectativa de vida, sendo que o primeiro é um cálculo simples de média não ponderada, e o segundo vem das ciências atuariais, e podem assumir valores muito diferentes.

Este estudo objetivou primariamente, portanto, tanto o cálculo do tempo médio de vida do policial-militar como o cálculo da expectativa de vida destes trabalhadores, no Estado do Paraná, por faixa etária, referente ao ano 2014. O ano de 2014 foi escolhido com o fim específico de comparação com os dados mais recentes do IBGE, que versam sobre a população geral do Brasil.

Esta comparação permite maior compreensão sobre a vida e a morte destes profissionais de segurança pública, em tempos em que se noticia que o brasileiro vive cada vez mais (IBGE, 2016), e isto acaba por refletir em políticas públicas que visam a melhora das condições de vida do ser humano. Será que este contexto se aplica também para os policiais militares? Qual a diferença entre a expectativa de vida dos policiais militares para com a população em geral?



## 2. METODOLOGIA

O presente estudo é de cunho quantitativo por meio de análise documental e bibliográfica (GIL, 2005). Na análise dos dados foi utilizada o método revisto de Chiang (Chiang II) para populações menores que 100 mil habitantes.

As bases de dados utilizadas para consulta foram: os Boletins do Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná, entre 2012 e 2016; o banco de dados de Recursos Humanos do Estado do Paraná para as informações sobre os policiais da ativa (disponível na Intranet da PMPR); e a planilha atualizada dos policiais da inativa (reserva e reforma) fornecida pela Diretoria de Pessoal.

O objeto de estudo foi uma população de 29.705 policiais militares do serviço ativo e inativo, da Polícia Militar do Paraná. Sobre esta população, debruçou-se em dois conceitos e cálculos diferentes:

- 1) O tempo médio de vida do policial militar do Paraná;
- 2) A expectativa de vida de diversas faixas etárias dos policiais militares, a partir dos 20 anos de idade, por esta ser comumente a idade de ingresso na Corporação.

### 2.1. TEMPO MÉDIO DE VIDA

Para o cálculo do tempo médio de vida o método estatístico foi utilizado: todos os 1.048 falecimentos de policiais militares do Estado do Paraná registrados entre 2012 e 2016 foram incluídos. O cálculo da idade ao falecer foi feito através da diferença, em dias, entre o ano de nascimento e falecimento de cada policial militar, e o resultado dividido por 365,25. Em seguida a média aritmética de todas estas idades foi calculada através do *LibreOffice* v5.1.0.3, que utiliza a fórmula matemática da média aritmética:

$$\bar{x} = \frac{x_1 + x_2 + \dots + x_n}{n} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i$$

Onde  $x_1, x_2 \dots x_{1048}$  são as idades ao falecer (número decimal). As médias também foram agrupadas de acordo com as seguintes variáveis de interesse:



- a) Grau hierárquico ao falecer (na ordem do menor para o maior): soldado, cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento, Subtenente, Aspirante a Oficial, 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel, Coronel;
- b) Círculo hierárquico: Oficiais e Praças;
- c) Ano do registro do falecimento: de 2012 a 2016, a fim de verificar eventual tendência temporal.

A origem destes dados são os Boletins do Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná (PMPR). Quando um policial militar do Paraná falece, seja do serviço ativo ou inativo, a sua exclusão é publicada na terceira parte do Boletim do Comando-Geral, um documento diário da PMPR que registra todos os atos administrativos do nível estratégico da Corporação, de acordo com o princípio da publicidade da administração pública (PMPR, 2006):

Art. 39. Boletim é o documento pelo qual a autoridade competente divulga suas ordens, as ordens das autoridades superiores e os fatos que a OPM [Organização Policial Militar] deva ter conhecimento, sendo dividido em quatro partes:

(...)

§ 4º Na terceira parte do boletim serão publicados atos administrativos de interesse institucional e individual, a exemplo de concessões de licença especial, licença para tratamento da própria saúde e de pessoa da família, licença para tratar de interesses particulares, certidões de tempo de serviço, adicionais, contagem de tempo de serviço, lavratura de atestados de origem, designações de comissões, eliminação de cédulas de identidade militar e ordens de movimentação.

Como há revisores que verificam os dados antes de serem publicados, a fonte de dados foi considerada confiável, não sendo necessário o cálculo de correção para dados errôneos. Todos os Boletins entre 2012 e 2016 foram lidos e os dados foram incluídos em planilha do *LibreOffice Calc*.

## 2.2. EXPECTATIVA DE VIDA

A esperança de vida foi calculada de acordo com o método revisto de Chiang (Chiang II), com base nas orientações metodológicas de um estudo do *Office for National Statistics* (ONS), da Inglaterra. Este estudo demonstra que o método de Chiang é o mais aconselhado para populações pequenas: abaixo de cem mil habitantes (ONS, 2003). Este método pode ser utilizado a partir de populações com



5.000 habitantes, e apresenta diferentes intervalos de confiança de acordo com o tamanho da população. Quanto maior a população estudada, mais preciso é o intervalo. Para a população objeto deste estudo qual seja, de 29.705 policiais militares da ativa e da reserva da PMPR, o intervalo de confiança de 95% é de aproximadamente 1,73 anos. (ONS, 2003). Este intervalo foi adicionado ao final do cálculo a fim de se obter uma comparação justa.

As categorias da infância e da adolescência na tábua de mortalidade dos policiais militares (<1 ano, 1-4, 5-9, 10-14 e 15-18) não foram incluídas, pois a idade de ingresso na Polícia Militar do Paraná se dá, normalmente, a partir dos 18 anos de idade, em virtude de um dos requisitos para ingresso na PMPR ser a conclusão do Ensino Médio (PARANÁ, 1954):

Art. 21 São condições para o ingresso:

(..)

II – como Soldado:

ser brasileiro;

ter no máximo 30 anos de idade no ato da inscrição;

ter concluído o ensino médio.

(..)

III – como Cadete do Curso de Formação de Oficiais Combatentes:

ser brasileiro;

ter no máximo 30 anos de idade no ato da inscrição;

ter concluído o ensino médio.

Além disso, optou-se pelo início da tábua abreviada de mortalidade aos 20 anos de idade pelos seguintes motivos: mesmo que o jovem entre na Polícia Militar aos 18 anos, ele passará por um período de formação de aproximadamente 1 ano antes de iniciar o trabalho operacional, de polícia ostensiva. Portanto, ainda não corre os mesmos riscos nem exerce a mesma atividade que os demais policiais. O número absoluto de policiais militares abaixo de 20 anos de idade é de 165, ou seja, 0,5% do universo, e a inclusão deles nas tábuas de mortalidade não afetou significativamente os resultados da expectativa de vida. Nos testes feitos, houve variação de 0,02 ano, ou 7 dias, para a faixa de 20-24 anos com a inclusão destes policiais.

As variáveis utilizadas na tábua de mortalidade são:



$Q(x)$  = Probabilidades de morte entre as idades exatas;

$l(x)$  = Número de sobreviventes entre as idades  $x$  e  $x+n$ ;

$D(x, n)$  = Número de óbitos ocorridos entre as idades  $x$  e  $x+n$ ;

$L(x, n)$  = Número de pessoas-anos vividos entre as idades  $x$  e  $x+n$ ;

$T(x)$  = Número de pessoas-anos vividos a partir da idade  $x$ ;

$E(x)$  = Esperança de vida à idade  $x$ .

Os cálculos destas variáveis se baseiam no trabalho de Chiang (1976) e estão descritos abaixo:

$(x, x+n)$ : Faixa etária de interesse, onde  $n$  é o tamanho do intervalo, e neste estudo, o intervalo escolhido foi de 5 anos.

$Q(x)$ : Probabilidades de morte entre as idades  $x$  e  $x+n$ ;

$l(x)$ :  $Q(x) = 1 - e^{-(n \cdot m_x)}$ , onde  $e$  é o número de Euler (2,718...)

$l(x+n) = l(x) \cdot (1 - Q(x))$

$L(x)$ :  $L(x) = D(x) / M(x)$

$T(x)$ :  $T(x) = \sum_x^{finaldataabela} L(x)$

$E(x)$ : Média das esperanças de vida na categoria  $(x, x+n)$

$E(x) = T(x) / l(x)$

### 3. DESENVOLVIMENTO

A população brasileira em 2014, considerando a projeção do IBGE para o dia 1º de julho, era de 202.768.562 habitantes (IBGE, 2014); no Estado do Paraná, a população projetada, na mesma data, era de 11.081.692 habitantes (IBGE, 2014); e destes, 29.705 eram policiais militares (PMPR, 2016), em atividade ou na inatividade, totalizando 0,268% do total da população paranaense.

Destes 29.705 policiais militares, 18.672 estavam no serviço ativo, e 11.033 na inatividade, nas modalidades de reserva e de reforma, que seriam o equivalente à aposentadoria dos trabalhadores civis, considerando a data de referência 1º de julho de 2014.

A expectativa de vida da população no Paraná em 2014 foi calculada em 76,5 anos; enquanto a expectativa de vida do brasileiro foi calculada em 75,2 anos.

O termo “expectativa de vida”, comumente utilizado na mídia, refere-se à esperança de vida ao nascer, ou seja, a esperança de vida na faixa etária 0 a 1 ano,





que é um dos dados publicados pelo IBGE anualmente através da tábua completa de mortalidade. A esperança de vida é calculada pelo IBGE para cada faixa etária, que compreende um intervalo de um ano, e é chamada de idade exata, e refere-se à quantia de anos que se espera de sobrevivência a partir daquela idade. De todas as faixas etárias divulgadas, dá-se sempre especial atenção à faixa “< 1 ano” -menor que um ano-, e que por isso é chamada de esperança de vida ao nascer.

Durante pesquisa bibliográfica, não foi encontrado em periódico brasileiro nenhuma tábua de mortalidade ou dados de expectativa de vida de policiais militares. Na literatura estrangeira, por sua vez, Violanti et al (2013) demonstraram que a expectativa de vida de policiais homens brancos de Nova Iorque é, em média, 21,9 anos menor que a população equivalente (homens brancos) dos Estados Unidos (Intervalo de confiança de 95%: 14,5-29,3;  $p < 0.0001$ ). Neste mesmo estudo, provou-se que a probabilidade de morte dos policiais é maior que a população geral em todas as faixas etárias. Em especial, na faixa etária de 50 a 54 anos, a probabilidade de morte de um policial de Nova Iorque chegou próximo a 40%, enquanto a da população geral estadunidense é de 1%. (VIOLANTI et. al, 2013).

Na esteira investigativa das causas que podem levar a este fenômeno, Joseph et. al (2009) demonstraram que policiais têm maiores níveis de aterosclerose, quando comparados com a população de mesma idade, da mesma região geográfica. Além disso, a exposição policial ao estresse, ao trabalho em turnos e a obesidade podem ajudar a explicar a mortalidade precoce destes profissionais (VIOLANTI et al, 2013).

Por fim, Violanti et. al. (2013) demonstraram que o tempo de vida médio para policiais nos Estados Unidos é de 66 anos de idade, que foi um resultado muito próximo do encontrado no presente estudo, de 66,3 anos.

### **3.1. TEMPO MÉDIO DE VIDA DO POLICIAL MILITAR DO PARANÁ**

Neste estudo utilizamos o termo “tempo médio de vida” com significado diferente de esperança ou de expectativa de vida, pois são cálculos distintos. O tempo médio de vida é a média aritmética da idade dos óbitos registrados. Em outras palavras, é o quanto o policial militar, objeto do nosso estudo, está vivendo

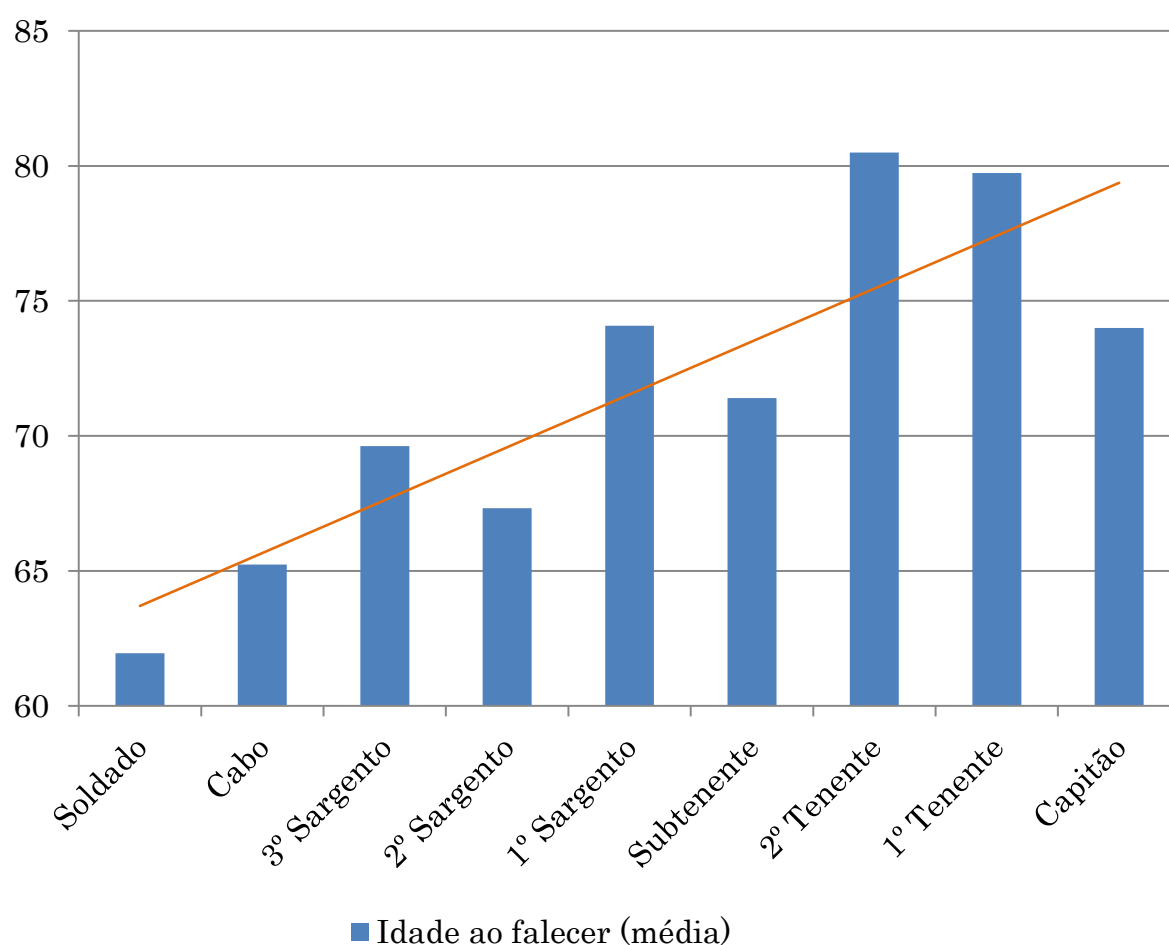




atualmente. Para o policial militar do Paraná, o valor geral encontrado foi 66,3 anos, arredondado para uma casa decimal.

Durante a análise dos dados, no entanto, a informação mais significativa encontrada foi a diferença de tempo médio de vida entre os diferentes graus hierárquicos daqueles que ingressam como praças<sup>1</sup> na Polícia Militar, como demonstrado abaixo:

**Gráfico 1.** Tempo médio de vida dos policiais militares que ingressam como praças na PMPR, com tendência linear.



Os nove primeiros graus hierárquicos foram incluídos no gráfico acima (de soldado a capitão), pois envolvem o mesmo coorte de policiais militares: aqueles que ingressam na Polícia Militar como praças. Observa-se uma correlação linear

<sup>1</sup> O termo “praças”, nas Polícias Militares, refere-se às hierarquias inferiores e incluem os soldados, os cabos, os sargentos e os subtenentes. Enquanto o termo “Oficiais” refere-se às hierarquias maiores.

positiva: quanto maior o grau hierárquico ao falecer, maior o tempo médio de vida (índice de correlação linear  $\rho = 0,857$ ).

A maior diferença encontrada foi entre aqueles que faleceram como 2º Tenentes e como Soldados: os 2º Tenentes tiveram idade de falecimento média 18,5 anos maior que os Soldados.

Os militares com menor grau hierárquico das Polícias Militares são utilizados, em sua maioria, no trabalho operacional de polícia ostensiva, e isto inclui trabalho em turnos, estresse elevado e menor tempo de lazer. Alguns estudos sugerem que o trabalho em turnos desregula fatores metabólicos como triglicerídeos, Índice de Massa Corporal (IMC), distribuição da gordura abdominal e a coagulação (KNUTSSON & BOGGILD, 2000). A relação com o trabalho em turnos e estresse elevado podem estar relacionados ao baixo tempo de vida médio e sugere-se que estas informações sejam investigadas mais a fundo.

Este tipo de correlação linear, no entanto, não foi encontrado para o grupo dos policiais militares que ingressam na Corporação como Oficiais e, portanto, o tempo médio de vida não pode ser relacionado ao grau hierárquico ao falecer. A tabela I apresenta todos os dados:

**Tabela 1.** Tempo médio de vida do policial militar do Paraná, por postos e graduações.

Cargo ao falecer	Idade ao falecer (média)	Falecimentos (2012-2016)
Soldado	61,9	465
Cabo	65,2	169
3º Sargento	69,9	90
2º Sargento	67,3	73
1º Sargento	74,1	46
Subtenente	71,4	98
2º Tenente	80,5	26
1º Tenente	79,7	16
Capitão	74,0	20
Major	57,5	6
Tenente-Coronel	75,8	20
Coronel	76,0	18
Média	66,3	1048

**Fonte:** Boletins do Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná, de 2012 a 2016. Elaboração do autor.

Observamos um dado atípico na tabela de tempo médio de vida: o tempo daqueles que faleceram como Major foi o menor de todos: 57,5 anos, e também o menor número de observações: 6; o que requereu uma análise caso a caso.

Das seis observações de falecimento no posto de Major entre 2012 e 2016, duas ocorreram aos 46 anos de idade: uma por complicações de leucemia e outra por infarto agudo do miocárdio<sup>2</sup>. O terceiro falecimento foi aos 61 anos, por complicações de um câncer. Neste estudo não conseguimos levantar a causa da morte das outras três ocorrências. Concluimos, portanto, que, no mínimo, metade das observações neste grupo foram de morte precoce, o que acaba por diminuir a média do grupo.

A hipótese levantada é a de que, normalmente, o policial militar que entra como Oficial, no Paraná, se aposenta no mínimo como Tenente-Coronel (segundo maior grau hierárquico da Polícia Militar), pois as promoções até o posto de Tenente-Coronel podem ocorrer por tempo de serviço na Polícia Militar do Paraná, ou seja, por antiguidade, conforme cita a Lei de Promoção de Oficiais – Lei Estadual nº 5.944, de 21 maio de 1969 – “Art. 51. A promoção pelo princípio de antiguidade é devida ao oficial que, possuindo maior antiguidade relativa, satisfaça os requisitos previstos nesta Lei.” (PARANÁ, 1969)

Portanto, acredita-se que neste estudo o posto de Major ao se falecer é a consequência de doenças ou motivações externas que levaram ao falecimento precoce, e não a causa. Por esta razão, este dado atípico foi descartado das conclusões.

---

<sup>2</sup> Informações colhidas através de ligação telefônica para o setor de Recursos Humanos das últimas unidades em que os policiais militares serviram, uma vez que os Boletins do Comando-Geral não especificam a causa da morte.



### 3.2 EXPECTATIVA DE VIDA DO POLICIAL MILITAR DO PARANÁ

A expectativa de vida é um cálculo atuarial que demonstra, para cada faixa etária, exata ou agrupada, a quantidade esperada de anos a serem vividos e é calculada principalmente a partir da probabilidade de morte e quantidade de pessoas sobreviventes em cada faixa. Ela é, portanto, diferente do tempo médio de vida.

Para que se calcule a expectativa de vida se faz necessária a construção de uma tabela que contenha tais dados e esta tabela é chamada, no Brasil, de “tábua de mortalidade”. De acordo com Lima (2011, p. 27), “a tábua de mortalidade é um esquema teórico que utiliza as probabilidades de morte e de sobrevivência, em função da idade, de uma população, sintetizando a experiência de mortalidade de uma corte”.

A escolha das faixas etárias, nas quais são agrupados os dados relativos à probabilidade de morte e sobreviventes, depende do tamanho da população estudada. Em grandes populações, como a brasileira ou a paranaense, pode-se agrupar os dados em intervalos de um ano apenas, o que é também chamado de idade exata, pois sempre existirão dados de óbitos a serem analisados para cada idade.

Estas tabelas são chamadas de tábuas completas de mortalidade. A tábua brasileira, ano de referência de 2014, por exemplo, que foi utilizada neste estudo pode ser acessada através da internet no site do IBGE<sup>3</sup>. Para o cálculo da expectativa de vida de populações menores, como a de policiais militares, é preferível agrupar as idades em intervalos maiores, (como por exemplo cinco ou dez anos) a fim de que a inexistência de falecimentos em uma determinada idade exata não afete os cálculos relativos à expectativa de vida. (ONS, 2003). Este agrupamento resulta no que chamamos de “tábua abreviada de mortalidade”, que na literatura estrangeira é chamada de *abridged life table*, e existem diversos métodos para construí-la.

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html?edicao=9176&t=downloads>, acesso em 14 de maio de 2019.



Os três métodos tradicionais são o de Chiang, Greville e Reed-Merrell, e cada um destes métodos diferencia-se pelo modo como distribuem as mortes dentro de cada intervalo de idades, pois a probabilidade de morte é uma das variáveis que altera o valor da expectativa de vida. Greville assume uma mudança constante na probabilidade de morte ao longo das idades, Reed-Merrell distribui a probabilidade de morte com base em 33 tábuas de mortalidade de 1910, e Chiang assume que a distribuição da probabilidade de morte é a mesma que a encontrada na população de referência. (MANUEL, GOEL e WILLIAMS, 1998)

Em virtude de a população estudada (policiais militares) estar dentro das populações de referência – a brasileira e a paranaense -, foi escolhido o método de Chiang para ser construída a tábua abreviada de mortalidade da Polícia Militar do Paraná. Assim, neste estudo, os dados foram agrupados em distribuições de frequência com intervalos de 5 anos cada, seguindo o método de Chiang para pequenas populações, a partir das informações de óbitos de policiais militares.

Assumimos nestes cálculos, face o rigor do controle dos policiais militares aposentados, que todos os óbitos foram comunicados e, desta forma, calculamos o número de sobreviventes através de diminuição simples da população inicial para cada faixa etária.

Os resultados, nas tábuas abreviadas a seguir, mostram o decréscimo esperado da expectativa de vida de acordo com o aumento da idade. Para fins de comparação com a tabela do IBGE, seguimos o mesmo padrão de população fictícia inicial de 100.000. Essa padronização é seguida, inclusive, em tábuas de mortalidade de outros países por recomendação da Organização Mundial da Saúde (CHIANG, 1978). Desta forma, torna-se mais fácil uma comparação entre países ou localidades com populações diferentes.



**Tabela 2:** Tábua abreviada de mortalidade, Polícia Militar do Paraná, todos os postos e graduações.

Intervalo da idade (x, x+n)	Probabilidade de morte Q (x, n)	Óbitos d(x)	l (x)	L(x,n)	T(x)	Esperança de vida E (x)
20-24	0.0025582	256	100000	499360	5556567	55.57
25-29	0.0083983	838	99744	496627	5057206	50.70
30-34	0.0089755	888	98906	492313	4560580	46.11
35-39	0.0060423	592	98019	488613	4068266	41.50
40-44	0.0130605	1272	97427	483951	3579653	36.74
45-49	0.0208659	2006	96154	475754	3095702	32.20
50-54	0.0347222	3269	94148	462566	2619947	27.83
55-59	0.0597440	5429	90879	440820	2157381	23.74
60-64	0.0523169	4470	85449	416070	1716562	20.09
65-69	0.0746269	6043	80979	389786	1300491	16.06
70-74	0.1184433	8876	74936	352489	910705	12.15
75-79	0.2445652	16156	66060	289910	558216	8.45
80-84	0.4247104	21195	49904	196533	268306	5.38
85+	1.0000000	28709	28709	71773	71773	2.50

**Nota:** os dados são referentes ao ano de 2014.

Ainda, como o tempo médio de vida dos soldados, calculado neste estudo, foi significativamente menor que todos os outros postos e graduações, decidiu-se por fazer uma segunda tábua de mortalidade, incluindo apenas os soldados (população de 16.341, com 113 falecimentos registrados em 2014), e obtivemos os seguintes resultados:



**Tabela 3:** Tábua abreviada de mortalidade para soldados da PMPR.

Intervalo da idade (x, x+n)	Probabilidade de morte Q (x, n)	Óbitos d(x)	l (x)	L(x,n)	T(x)	Expectativa de vida E (x)
20-24	0.0029197	292	100000	499270	5255222	52.55
25-29	0.0091803	915	99708	496252	4755952	47.70
30-34	0.0104649	1034	98793	491379	4259700	43.12
35-39	0.0069172	676	97759	487104	3768321	38.55
40-44	0.0195567	1899	97083	480666	3281218	33.80
45-49	0.0292912	2788	95184	468950	2800551	29.42
50-54	0.0367840	3399	92396	453483	2331602	25.23
55-59	0.0895037	7966	88997	425072	1878119	21.10
60-64	0.0782123	6338	81032	389314	1453047	17.93
65-69	0.1365706	10201	74694	347967	1063732	14.24
70-74	0.1620029	10448	64493	296345	715765	11.10
75-79	0.2950820	15948	54045	230355	419420	7.76
80-84	0.5074627	19333	38097	142154	189065	4.96
85+	1.0000000	18764	18764	46911	46911	2.50

**Nota:** os dados são referentes ao ano de 2014.

A partir das tabelas 2 e 3, podemos fazer a comparação destas duas populações (policiais militares em geral; e soldados policiais militares) com a população brasileira, que segue:



**Tabela 4:** Comparativo da expectativa de vida média do brasileiro, com soldados e com a média da PMPR, por intervalos de idade.

Intervalo da idade (x, x+n)	Brasil – 2014	Todos os PMs		Soldados	
	Expectativa de vida $E_B(x)$	Expectativa de vida $E_{pm}(x)$	Diferença em anos ( $E_{pm} - E_B$ )	Expectativa de vida $E_S(x)$	Diferença em anos ( $E_S - E_B$ )
20-24	55,2	55,6	0,3	52,6	-2,7
25-29	50,6	51,0	0,4	47,7	-2,9
30-34	46,0	46,5	0,5	43,1	-2,9
35-39	41,4	41,8	0,4	38,6	-2,9
40-44	36,9	37,1	0,1	33,8	-3,1
45-49	32,5	32,5	0,0	29,4	-3,1
50-54	28,3	28,0	-0,3	25,2	-3,1
55-59	24,3	23,8	-0,5	21,1	-3,2
60-64	20,4	20,1	-0,3	17,9	-2,5
65-69	16,9	16,1	-0,8	14,2	-2,7
70-74	13,6	12,2	-1,5	11,1	-2,5
75-79	10,8	8,5	-2,4	7,8	-3,0
80-84	9,3	5,4	-3,9	5,0	-4,3
85+	*	2,5	*	2,5	*

**Notas:** A última idade exata adotada pelo IBGE é 80 anos. Os dados da PMPR são referentes a todos os postos e graduações comparados com a graduação de soldado. Todos os dados são referentes ao ano de 2014. Dados provenientes da Tábua Completa de Mortalidade do IBGE, 2014. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas\\_Completas\\_de\\_Mortalidade/Tabuas\\_Completas\\_de\\_Mortalidade\\_2014/notastecnicas.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2014/notastecnicas.pdf), acesso em 21/12/2016.

Na comparação da expectativa de vida do policial militar do Paraná com a população brasileira, observamos que nas faixas etárias mais jovens (20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44) a expectativa de vida do policial é, ao contrário do que muitos imaginam, maior que a do brasileiro. No entanto, a partir dos 50 anos de idade a expectativa de vida dos policiais militares passa a ser menor, com uma tendência de aumento gradual da diferença. Na última faixa etária analisada, 80-84 anos, a expectativa de vida do policial é 3 anos e 11 meses ( $-3,92 \pm 1,73$ ; IC=95%) menor que a da população brasileira.

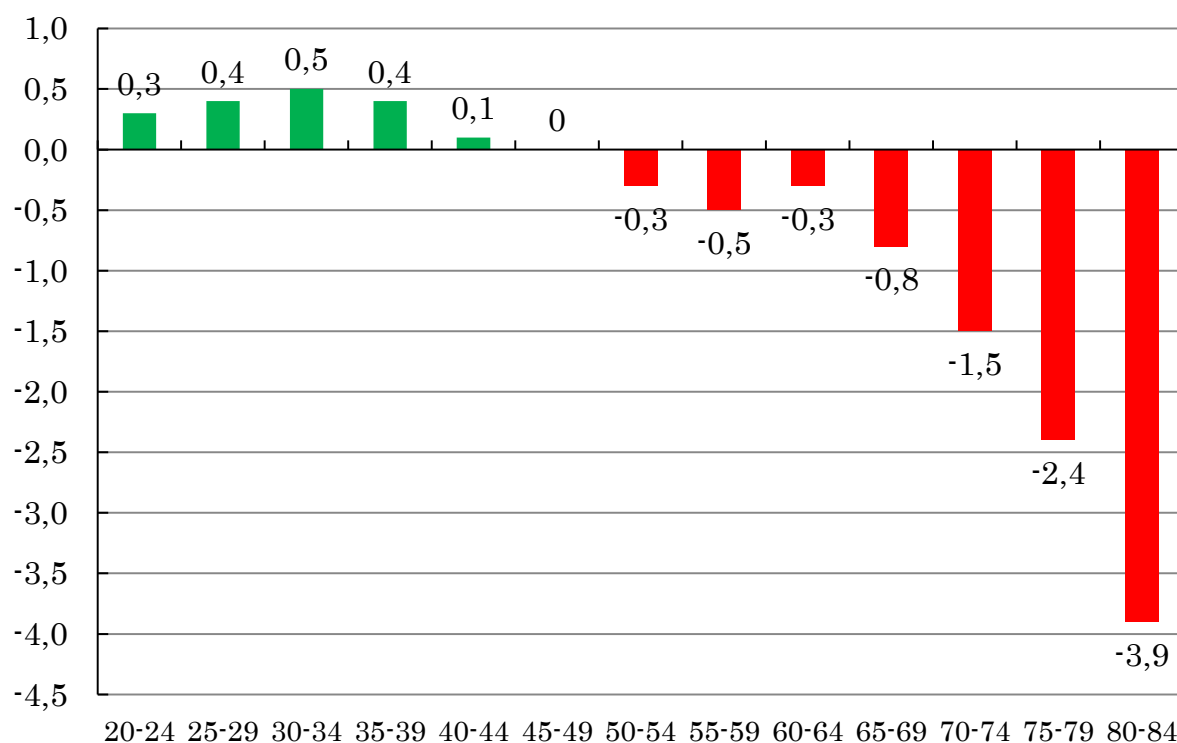




O ingresso do jovem na Polícia Militar depende de exames físicos e de saúde: “Art. 21 São condições para o ingresso: (...) e) ter capacidade física comprovada pelo serviço de saúde da Corporação;” (PARANÁ, 1954); que incluem até exames toxicológicos, por exemplo. Portanto, poder-se-ia esperar que, na média, as condições de saúde daqueles que ingressam na PMPR, da mesma forma que aqueles que ingressam nas Forças Armadas, sejam comparativamente melhores que a da população em geral, que sempre apresentará um percentual de pessoas enfermas ou que não apresentariam as condições de entrarem na Polícia Militar (como, por exemplo, usuários de drogas ou obesos crônicos).

Esta “virada” a partir dos 50 anos, por sua vez – em que a expectativa de vida do policial passa a ser menor que a da população – leva-nos a crer que a atividade policial tem correlação com a diminuição mais acentuada da expectativa de vida ao longo das faixas etárias, em comparação com a população geral. Em outras palavras, o jovem entra na Polícia Militar em condições melhores, se comparado com a população de mesma idade, e acaba saindo em piores condições. Esta queda pode ser visualizada no gráfico a seguir:

**Gráfico 2.** Diferença da esperança de vida do policial militar paranaense e do brasileiro em geral, em anos, por faixa etária, com ano-base para o cálculo: 2014.



**Nota:** os dados são referentes ao ano de 2014.

Já na comparação da expectativa de vida do soldado policial militar com a população brasileira em geral, a expectativa de vida do soldado é sempre menor. Em média, para todas as faixas etárias a expectativa de vida do soldado da PMPR é aproximadamente três anos menor que a do brasileiro (-2,98 - 1,73; IC=95%).

Esta diferença, já nas primeiras faixas etárias, pode estar relacionada aos riscos da profissão, especialmente daqueles que estão na atividade operacional, a exemplo dos soldados. Minayo, Souza e Constantino (2008) citam a vitimização e os riscos dos policiais militares do Rio de Janeiro:

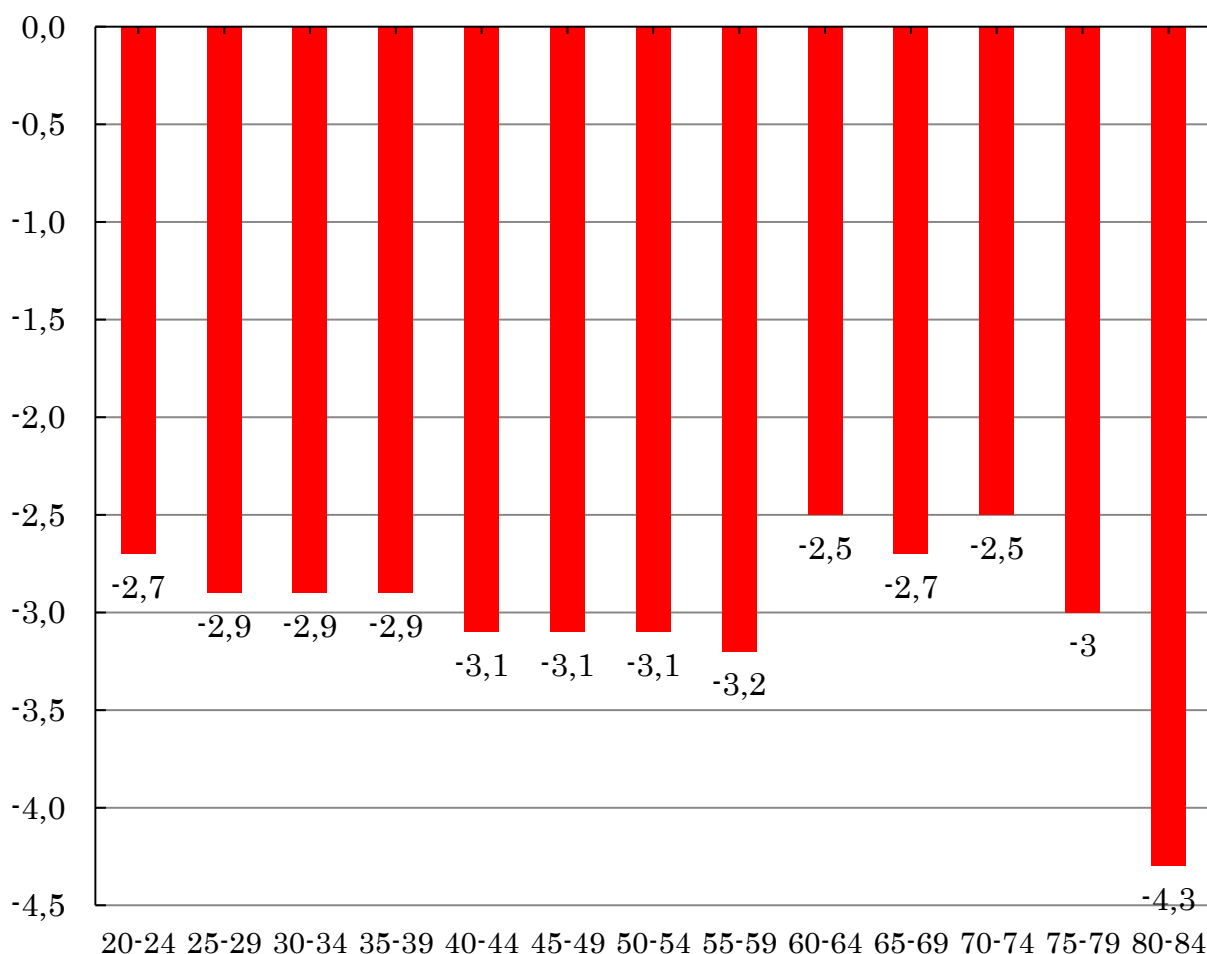
Na Polícia Militar [do Rio de Janeiro], em 2004, a taxa de mortalidade por agressões chegou a 292 por cem mil! Portanto, comparativamente, a Polícia Militar apresenta uma mortalidade por violência 3,3 vezes maior do que a da população masculina da cidade do Rio de Janeiro e 6,5 vezes maior do que a da população geral da cidade. (Idem, 2008. p.203)

Essa maior vitimização, portanto, pode refletir negativamente na menor expectativa de vida para todas as faixas etárias, uma vez que uma maior quantidade de óbitos, para cada faixa, reflete em uma menor expectativa de vida.

A análise visual, derivada da Tabela 4, nos permite ver que a expectativa de vida do soldado está abaixo da do brasileiro em todas as faixas etárias:

**Gráfico 3** - Diferença da expectativa do soldado policial militar (PMPR) e do brasileiro, em anos. 2014.

Artigos



**Nota:** os dados são referentes ao ano de 2014.

Concluimos, portanto, que o trabalhador de menor hierarquia da Polícia Militar do Paraná, o soldado, aquele que está normalmente na linha de frente e executa tarefas operacionais, principalmente o policiamento ostensivo fardado, apresenta sempre menor expectativa de vida se comparado com a população brasileira em geral, com base nos dados de 2014, independente da faixa etária.

Já quando incluimos todos os policiais nesta mesma comparação, observamos que os policiais militares, quando jovens, apresentam maior expectativa de vida se comparados à população brasileira, mas que declina ao longo dos anos e se torna menor.

Além de o soldado policial militar trabalhar na linha de frente, ser mais suscetível ao estresse da profissão e ao risco de morte por causa externas, ele é também o que recebe o menor salário. Não foi objetivo deste estudo delimitar se o



que mais influenciou esta baixa expectativa de vida é o salário que recebe o soldado, ou ainda os efeitos metabólicos decorrentes das escalas do serviço operacional, ou mesmo ambas as motivações. No entanto, nos parece que ao menos uma destas variáveis pode estar associada aos resultados encontrados, motivo pelo qual sugere-se que futuros estudos possam identificar as causas de morte, em especial dos soldados da Polícia Militar do Paraná.



## 4 CONCLUSÕES

O tempo de vida médio do policial militar do Paraná é de 66,3 anos, com base em todos os falecimentos registrados entre 2012 e 2016, na Polícia Militar do Paraná. O soldado policial-militar, o trabalhador de menor hierarquia, tem o menor tempo médio de vida: 61,9 anos. Além disso, há uma diferença de aproximadamente 10 anos e meio no tempo médio de vida entre os que faleceram como oficiais (75,7) e os que faleceram como praças (65,3). Existe também correlação linear entre a graduação da praça e seu tempo médio de vida: quanto maior o grau hierárquico, maior o tempo médio de vida. Não foi encontrada correlação entre o tempo médio de vida e o grau hierárquico entre os Oficiais, que são policiais de maior hierarquia, geralmente em funções de gerência e administração.

Os policiais que faleceram no posto de Major obtiveram uma média atípica: 57,5 anos. Em virtude da carreira dos Oficiais da Polícia Militar do Paraná, na qual é esperada alcançar-se, no mínimo, o posto de Tenente Coronel, segundo na hierarquia policial, acredita-se que o posto de Major (terceiro na hierarquia) seja a consequência de doenças e fatores externos que possam levar a uma morte precoce, e não a causa.

Os policiais militares, de maneira geral, têm uma maior expectativa de vida que a população em geral nas primeiras faixas etárias (20 a 45), no entanto, a partir dos 50 anos de idade, a expectativa é menor, chegando a 3 anos e 11 meses de diferença ( $-3,92 \pm 1,73$ ; IC=95%) na faixa de 80-84 anos. Em outros termos, o policial militar ingressa na instituição em melhores condições, especificamente com relação à expectativa de vida, e sai em piores condições.

Para os soldados, no entanto, a expectativa de vida é sempre menor se comparada com a população brasileira em geral. Desde as primeiras faixas etárias, observa-se uma média de expectativa de vida aproximadamente 3 anos menor ( $-2,98 \pm 1,73$ ; IC=95%), chegando a uma diferença de 4 anos, 3 meses e 18 dias para a última faixa etária (80-84 anos).

Em verdade, na data de referência adotada para o estudo da esperança de vida (1º de julho de 2014), havia apenas um soldado policial militar com mais de 90 anos de idade, o que equivale a 0,006% do universo de soldados policiais militares

do Paraná (n=16341), enquanto este percentual na população brasileira é de 0,08% para a população brasileira masculina (IBGE, 2016).

Espera-se, por fim, que estes dados possam subsidiar decisões quanto a políticas públicas que visem a melhoria das condições de vida e de trabalho dos policiais militares, em especial dos soldados, em virtude desta diferença encontrada entre eles e a população geral.

Sugere-se, ainda, que um banco de dados contendo a data de nascimento, o posto ou a graduação, a data de óbito e a causa da morte dos policiais militares seja criado, tanto a nível estadual quanto federal, para que se possa acompanhar a tendência da variação da expectativa de vida da população policial militar, em virtude das especificidades de suas funções e riscos de vida associados a esta categoria de trabalhadores, bem como identificar os fatores que possam levar a uma morte precoce.

## 5 REFERÊNCIAS

- IBGE. A evolução da esperança de vida no Brasil na última década do século XX: os ganhos e os diferenciais por sexo. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>, acesso em 09/12/2016.
- IBGE. Tábua de mortalidade completa de mortalidade para o Brasil – 2014: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2015.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- ONS. Life expectancy at birth: methodological methods for small populations. National Statistics Methodological Series n. 33. 2003
- IBGE. Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2014. COPIS – Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2014. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2014/estimativa\\_dou\\_2014.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf), acesso em: 09/12/2016.
- PMPR. Portaria do Comando-Geral nº 361, de 27 de abril de 2016: Aprova as Instruções de Comunicação Oficial. Disponível em: <<http://pm.pr.gov.br>>, Acesso em 09/12/2016. 2006
- JOSEPH, N.P.; VIOLANTI, J.M.; DONAHUE, R.; ANDREW, M.E.; TREVISAN, M.; BURCHFIEL, C.M., et al. Police work and subclinical atherosclerosis. *Journal of Occupational and Environmental Health*. 2009; 51:700–707.
- LIMA, Ana Paula Belon. Mortalidade e expectativa de vida: tendências e desigualdades sociais. Campinas, SP: [s.n.], 2011.
- KNUTSSEN A, BOGGILD H. Shiftwork and cardiovascular disease: Review of disease mechanisms. *Reviews on Environmental Health*. 2000; 15:359–372. [PubMed: 11199246]
- COSTA M, ACCIOLY Jr H, OLIVEIRA J, MAIA E. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Rev Panam Salud Publica*. 2007;21(4):217–22.
- PARANÁ. Lei 1.943, de 23 de Junho de 1954: Código da Polícia Militar do Paraná. 1954.
- VIOLANTI, John M. HARTLEY, Tara A.; Gu, Ja K.; FEKEDULEGN, Desta.; ANDREW, Michael E.; BURCHFIEL, Cecil M. Life expectancy in Police Officers: A comparison with the U.S. general population. *Int J Emerg Ment Health*, 2013.



CHIANG, C. L. Life Table and Mortality Analysis. World Health Organisation, Geneva, Switzerland, 1978, 399 pp.

MINAYO, MCS; SOUZA, ER.; CONSTANTINO, P. coords. Missão servir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. 328p. ISBN 978-85-7541-339-5.

MANUEL, Douglas G.; GOEL, Vivek; WILLIAMS, J. Ivan; The Derivation of Life Tables for Local Areas. Chronic diseases in Canada. Volume 19, n. 2., 1998.





## USO DE TATUAGENS, CINCO GRANDES FATORES DE PERSONALIDADE E ATOS INFRACIONAIS

**Tamyres Tomaz Paiva**

[tamyres.tomaz1@gmail.com](mailto:tamyres.tomaz1@gmail.com)

Graduada pela Universidade Federal da Paraíba, Mestre e Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

**Carlos Eduardo Pimentel**

[carlosepimentel@bol.com.br](mailto:carlosepimentel@bol.com.br)

Docente da Graduação e Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Paraíba. Orientador da pesquisa.

**Isabela Helem Boaventura Silva Bomfim**

[isabelahelem@hotmail.com](mailto:isabelahelem@hotmail.com)

Graduanda do Curso de Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Coleta de dados.

**Mariana dos Santos**

[mariana.mko@gmail.com](mailto:mariana.mko@gmail.com)

Graduada pela Universidade Federal da Paraíba e Residente em Psicologia no Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW-UFPB). Coleta de dados.

**Márcio Davi Dutra**

[marciodavi2009@gmail.com](mailto:marciodavi2009@gmail.com)

Graduando do Curso de Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Coleta de dados.

Data de recebimento: 06/09/2018

Data de aprovação: 10/06/2019

### RESUMO

O uso de tatuagens está presente em diversos segmentos das camadas sociais e tem chamado à atenção de pesquisadores nas ciências sociais ou médicas. Tendo em vista sua importância, principalmente para os jovens, objetivou-se analisar se existem relações entre o uso de tatuagem, atos infracionais e os fatores da personalidade em jovens com e sem conflito com a lei. Participaram 64 jovens, sendo majoritariamente do sexo masculino, residentes na grande João Pessoa, com idades entre 12 a 21 anos. Os resultados indicaram uma relação do uso da tatuagem com agradabilidade ( $\rho = -0,28$ ;  $p < 0,05$ ); extroversão ( $\rho = 0,40$ ;  $p < 0,01$ ); estabilidade emocional ( $\rho = -0,38$ ;  $p < 0,01$ ) e abertura às experiências ( $\rho = 0,24$ ;  $p < 0,05$ ). E uma correlação positiva com atos infracionais ( $\rho = 0,56$ ;  $p < 0,01$ ). Neste sentido, o uso da tatuagem é mais um fator importante para se entender a personalidade e os comportamentos antissociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Uso de tatuagem. Personalidade. Atos infracionais.



---

## USE OF TATTOOS, BIG FIVE PERSONALITY FACTORS, AND INFRACTION ACTS

### ABSTRACT

The use of tattoos is present in several segments of the social strata and has drawn the attention of researchers in the social or medical sciences. Considering its importance, especially for young people, the objective was to analyze if there are any relationships between the use of tattoos, infractions and personality factors in young people with and without conflict with the Law. Sixty-six young people, mostly male, were residents of the city of João Pessoa, aged between 12 and 21 years. The results indicated a relation of the use of the tattoo with agreeableness ( $\rho = -0.28$ ;  $p < 0.05$ ); extraversion ( $\rho = 0.40$ ;  $p < 0.01$ ); emotional stability ( $\rho = -0.38$ ;  $p < 0.01$ ) and openness to experiences ( $\rho = 0.24$ ;  $p < 0.05$ ). And a positive correlation with infractions ( $\rho = 0.56$ ;  $p < 0.01$ ). In this sense, the use of the tattoo is another important factor to understand the personality and antisocial behaviors.

**KEYWORDS:** Use of tattoo. Personality. Infraction acts.



## 1. INTRODUÇÃO

Quero ficar no teu corpo feito tatuagem

Que é para te dar coragem

Pra seguir viagem

Quando a noite vem.

(Tatuagem, Chico Buarque, 1973)

Dentre 4.000 e 2.000 anos A.C. no Vale do Rio Nilo, achados arqueológicos identificaram algumas múmias egípcias, com sinais parecidos de tatuagens representando prisioneiros marcados para não fugirem. No entanto, no Egito o significado da tatuagem era puramente religioso, inclusive os primeiros cristãos usavam tatuagens para serem reconhecidos como membro desse grupo e posição e hierarquia social (MELO, 2007). Estas tatuagens eram consideradas sinais de beleza e proteção contra doenças e má sorte (PAREDES, 2003).

Aproximadamente há 2.400 anos também foram encontradas múmias russas com sinais associados ao uso da tatuagem. A tatuagem continuou a ser uma expressão identificada através do corpo como membro de um grupo específico, ou até mesmo denotar situação financeira, estado civil ou embelezamento do corpo através da arte (GREIF; HEWITT; ARMSTRONG, 1999).

Já na Idade Média, a tatuagem ganhou outro significado passando a ser considerada demoníaca, banida por toda a Europa (MELO, 2007). Com isso a cultura ocidental atribuiu tanto ao uso da tatuagem como do *piercing* um significado decorrente do Antigo Testamento da Bíblia do capítulo de Levítico 19 versículo 28 que proíbe cortes e tatuagens nos corpos (GREIF; HEWITT; ARMSTRONG, 1999), sendo esses desenhos considerados “moradia do Cão” (MELO, 2007).

Por muito tempo estas tatuagens foram associadas tanto à punição quanto a caracterizar comportamentos marginais. No primeiro caso, os escravos são exemplos, em que se marcava com ferro quente no corpo para demarcar a quem pertencia o seu dono, além das prostitutas como atestado de propriedade de seus cafetões. Outra associação se dá a comportamentos marginais, ou seja, símbolos que demarcassem suas facções. Outros grupos também aderiram às tatuagens como sinal de valentia e força, como no caso dos marinheiros (PAREDES, 2003).

Neste sentido, em diversas camadas sociais existem várias associações ao uso da tatuagem, que pode ser associada tanto algum grupo ou tribo, como também representar a personalidade do indivíduo e assim relacionar a certos comportamentos (PAREDES, 2003). Algumas pesquisas mostraram que o uso de tatuagem está associado a diferentes formas de comportamentos, variando em diferentes polos, que podem ser de uma demonstração de embelezamento do corpo como também comportamentos de risco ao próprio tatuado e também risco para outras pessoas (CARROL et al., 2002; DREWS; ALLISSON; PROBST, 2000; GREIF et al., 1999; KOCH et al., 2015; ZRNO et al., 2015).

No estudo de Koch, Roberts, Armstrong e Owen, (2010), indivíduos com quatro ou mais tatuagens são mais propensos ao abuso da ingestão de bebidas alcoólicas, uso de drogas ilícitas, em comparação a indivíduos que não possuem nenhuma ou no máximo duas tatuagens. Em uma recente metanálise verificou-se a relação entre tatuagens e o uso de drogas como forma de explicar padrões de comportamentos desviantes da sociedade, mostrando que esta relação é mais forte em culturas coletivistas (DUKERS, 2016).

O uso de tatuagem também foi associado à violência conforme o sexo (CARROL et al., 2002), ou seja, o sexo masculino seria mais suscetível a cometer mais infrações e a serem presos, e o feminino relata mais a vulnerabilidade ao uso de drogas e a cometerem mais roubos (DREWS; ALLISSON; PROBST, 2000, et al., 2000). Pessoas tatuadas são caracterizadas como ativas sexualmente (KOCH et al., 2010), e que se tornaram ativas em idades mais jovens com ausência de compromisso (KOCH et al., 2010; SWANI, 2012).

Seguindo a linha de risco a saúde, um segundo estudo, Koch et al (2015) relataram ainda que as mulheres que possuem tatuagens têm maiores riscos à tendência ao suicídio em comparação a aquelas sem tatuagens. Além disso, o tamanho da tatuagem também pode ser um fator influenciador na depressão, assim, pessoas com tatuagens grandes pontuam mais alto em sinais de depressão (ZRNO et al., 2015).

Além desses comportamentos, o uso de tatuagem também está relacionado ao histórico de condutas delitivas e infrações das leis de trânsito (KOCH et al., 2010; ZRNO et al., 2015). Tendo em conta os jovens, nos quais as tatuagens são



mais comuns, especificamente em jovem em conflito com a lei, a prática da tatuagem constitui uma forma de comunicação visual, capaz de narrar através da própria pele suas histórias. Trata-se de um corpo que foi transformado em *outdoor*, vitrine e palco de dramas e histórias reais contadas na epiderme de cada jovem (FREITAS, 2013).

Entretanto, de acordo com os dados de Armstrong et al. (2002), adolescentes tatuados e não tatuados não apresentaram diferenças estatisticamente significativas a serem rotulados como desviantes. Por outro lado, o uso de tatuagem tem sido indicado como um fator para agressividade. Estudos de Zrno et al. (2015) mostraram que estudantes com desejo de se tatuar pontuaram mais na escala de agressão ( $M = 11,09$ ,  $DP = 5,77$ ) em comparação com aqueles sem o desejo de se tatuar ( $M = 8,36$ ;  $DP = 5,13$ ).

Contudo, sabe-se que não é só o fato de alguém possuir tatuagem que levará o indivíduo a ser agressivo ou não. A propósito, o Modelo Geral da Agressão (GAM) considera como preditor alguns traços de personalidade é um fator preditor para agressão (ANDERSON; BUSHMAN, 2002), tornando-se um diferenciador das características próprias do indivíduo e influenciando no uso de tatuagens (ZRNO et al., 2015).

## 2. A PERSONALIDADE E O USO DAS TATUAGENS

A personalidade é um construto da psicologia definida como um padrão no comportamento e atitudes típicas (REBOLLO; HARRIS, 2006), constituída por um conjunto de estruturas estáveis de conhecimento que os indivíduos utilizam para explicar os acontecimentos em seu mundo social (ANDERSON; BUSHMAN, 2002). Cada traço de personalidade torna o indivíduo único, mas alguns comportamentos podem ser expressos e parecidos com os pares (REBOLLO; HARRIS, 2006). Com isso, estudar os traços da personalidade pode ser uma maneira de prever e explicar comportamentos dos indivíduos das diversas de situações. Essas características são tidas como mecanismos internos e não externos (SILVA; NAKANO, 2011).

Na década de 1930, Mc Dougall foi pioneiro no estudo dos grandes fatores da personalidade (NUNES; HUTZ, 2002). Esse modelo conhecido amplamente como os *big five* é um modelo hierárquico de traços de personalidade que



representam a personalidade humana. A partir desse modelo, Gosling et al. (2003), desenvolveram seu instrumento *Ten Item Personality Inventory* (TIPI). Os itens (cada par) representam de forma bipolar em que se existe um polo positivo (por exemplo, extroversão) e o seu polo negativo (por exemplo, introversão), sugerindo que a maioria dos indivíduos podem ser classificadas dentro desses cinco fatores de personalidade (GOSLING; RENTFROW; SWANN Jr, 2003).

Classificando cada um dos cinco traços de personalidade, têm-se:

a) extroversão - caracterizado pela sociabilidade (gregarismo) por ter aspectos extrovertidos ou reservados (no polo oposto);

b) agradabilidade - refere-se ao acolhimento do outro, ser amável, ou de ser crítico e briguento (no polo oposto);

c) conscienciosidade - está envolvida com a concentração de atingir objetivos, autodisciplinado, responsável ou desorganizado (no polo oposto);

d) estabilidade emocional - caracterizado pelo equilíbrio das emoções por ser calmo e emocionalmente ou ansioso que se chateia facilmente, ou seja, neuroticismo (no polo oposto); e, por fim,

e) abertura a experiências - diz respeito a flexibilidade de pensamentos ou aberto a novas experiências ou em ser convencional, mente fechada (no polo oposto, PIMENTEL et al., 2014).

Essas características foram identificadas em vários estudos relacionando-as com o uso de tatuagens. Neste sentido, Zrno et al. (2015) mostraram que pessoas tatuadas podem ser mais extrovertidas, com maior necessidade de serem únicos e propensos a comportamentos aventureiros em comparação às não tatuadas. Essas pessoas interagem com mais facilidades, mantendo-se um otimismo maior nos seus objetivos (BREES et al., 2014). A extroversão também é relacionada com a agressão física (BARLLET; ANDERSON, 2012) que pode ser demonstrada nas imagens na pele (ZRNO et al., 2015; SWANI, 2012).

No estudo de Swani (2012) não se verifica relações entre o uso de tatuagem e conscienciosidade. Contudo, no estudo de Tate e Shelton (2008), indivíduos tatuados apresentaram escores mais baixos nos fatores de conscienciosidade e agradabilidade. Ademais, pessoas que pontuam alto em agradabilidade podem ser menos propensas a agredirem os outros (GLEASON; JENSEN-CAMPBELL;



RICHARDSON, 2004), existindo um acolhimento maior nas relações interpessoais, ao passo que menos agradabilidade representaria indivíduos briguentos e críticos (PIMENTEL et al., 2014).

Assim como pessoas com mais conscienciosidade tendem a enfrentar mais produtivamente situações problemáticas e experimentam menos estresse (BREES et al., 2014). Verificam-se características de autodisciplinamento, autoconsciência e tradicionalismo (PIMENTEL et al., 2014), e menos reações agressivas ao meio (BREES et al., 2014), além de terem menos tendência de serem tatuados (TATE; SHELTON, 2008).

Estudos de Cavalcanti e Pimentel (2016) e Brees et al. (2014) mostraram que pessoas com pontuações altas em neuroticismo possuem mais probabilidades de terem emoções e comportamentos agressivos. Além de terem mais propensão ao uso de tatuagem (TATE; SHELTON, 2008). Pessoas com instabilidade emocional (neuroticismo) experimentam mais sofrimento psicológico e estresse por falta do controle emocional, ou seja, é o inverso da estabilidade emocional (BREES et al., 2014).

Já a abertura a experiências representa indivíduos mais maleáveis às situações expostas. A abertura a experiência tende a não estar relacionada com comportamentos agressivos (BARLLET; ANDERSON, 2012; CAVALCANTI; PIMENTEL, 2016) ou negativamente relacionada com a agressão (JONES; MILLER; LYANAM, 2011). E ainda apresentam maiores tendências para o uso de tatuagens (TATE; SHELTON, 2008).

Estas tendências para o uso ou não da tatuagem carregam simbologias de estereótipos tanto negativos como positivos. E seu uso pode significar uma maneira de comunicação aberta em forma de arte popular sobre o corpo em atletas, artistas, membros corporativos e estudantes universitários, em que não se tem sinônimos com condutas delitivas (GREIF; HEWITT; ARMSTRONG, 1999; KOCH et al., 2015). Além disso, foi encontrado um estudo em que não se teve diferenças significativas entre grupos de tatuados e não tatuados com os comportamentos de riscos (SWAMI et al., 2016).

Diante desse adormecimento e escassez de estudos na psicologia (MEDEIROS et al., 2010), objetivou-se, portanto, analisar se existem relações



entre o uso de tatuagem com os atos infracionais e os fatores da personalidade em jovens com/sem conflito com a lei. Hipotetizamos que os jovens em conflito com a lei têm mais adesão ao uso de tatuagens do que os jovens sem conflito com a lei. E que uso de tatuagens está associado aos traços de personalidade identificados nesse estudo. Pelo nosso conhecimento, este estudo é inédito no contexto brasileiro.

### 3. MÉTODO

#### 3.1. PARTICIPANTES

A amostra foi composta por 64 participantes, sendo majoritariamente do sexo masculino (73,4%), residentes na cidade da grande João Pessoa (95,2%), com idades entre 12 a 21 anos, ( $M=16,82$ ;  $DP=1,397$ ). A maioria é de solteiros (73,4%), autodeclarados pardos (50%), católicos (32,6%), com renda de apenas um salário mínimo (47,6%). Eles são divididos em dois grupos: jovens em conflito com a lei (48,4%) e jovens sem conflito com a lei (51,6%).

#### 3.2. INSTRUMENTOS

##### 3.2.1. Inventário de Personalidade de Dez Itens (TIPI).

Trata-se de uma medida curta para mensurar os cinco grandes fatores da personalidade. Foi desenvolvida no contexto estadunidense por Gosling, Rentfrow e Swann (2003), apresentando uma precisão teste-reteste variando de 0,62 a 0,77 e correlações com outras medidas para os *big five*. Utilizou-se a versão em português do Brasil apresentada em Pimentel et al. (2014), composta por 10 itens equitativamente distribuídos em cinco fatores de personalidades: Extroversão (ex., Extrovertido, entusiasta); Agradabilidade (ex., Crítico, briguento); Conscienciosidade (ex., Confiável, autodisciplinado); Estabilidade Emocional (ex., Ansioso, que se chateia facilmente) e Abertura a Experiências (ex., Aberto a novas experiências, complexo). Os participantes responderam o quanto eles se viam de acordo com os traços exibidos acima, em uma escala do tipo likert variando de 1=discordo fortemente a 7=concordo fortemente.





### 3.2.2. Questionário Sociodemográfico.

Por meio do questionário sociodemográfico buscou-se caracterizar a amostra do estudo, incluindo perguntas como: idade, cor, estado civil, escolaridade, renda, ato infracional (o pesquisador codificava o questionário como do grupo de jovens em conflito com a lei e sem conflito com a lei). Ademais, havia um item que visava saber se os jovens possuíam tatuagens ou não e o que significava aquela expressão para eles.

### 3.3. PROCEDIMENTOS

Inicialmente apresentou-se o projeto desta pesquisa ao Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em que se obteve parecer favorável<sup>1</sup>. Com isso, entrou-se em contato com a Vara da Infância e Juventude da Capital para pedido de autorização da realização da pesquisa com os jovens da cidade da grande João Pessoa, em institutos de medidas socioeducativas. Em seguida, com a carta de autorização foi exposto ao diretor do Centro Socioeducativo, que enviou uma solicitação a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC) para o pedido da realização da pesquisa. A coleta foi feita de maneira coletiva, aplicando-se em um auditório dentro da instituição, com a participação de quatro pesquisadores, previamente treinados, permanecendo presentes na sala para dirimir possíveis dúvidas dos participantes. Em seguida, foi pedido também ao coordenador do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o qual emitiu carta de anuência para a realização da pesquisa. A coleta foi realizada neste estabelecimento de apoio, de maneira individual, com horários previamente agendados com os jovens.

A fim de realizar uma comparação com jovens que não estão em conflito com a lei, foi solicitado ao diretor de uma escola pública de João Pessoa autorização para a realização da pesquisa. Aplicações dos questionários foram realizadas de maneira coletiva em salas de aulas, sendo agendadas com antecedência. Também contou com a participação dos quatro pesquisadores, que também permaneceram presentes na sala para qualquer dúvida. Em seguida, foram entregues aos

<sup>1</sup> Conforme CAAE: 31655514.3.0000.5188.

participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual consta a assinatura do responsável legal e o Termo de Assentimento para os jovens, em duas vias, em que uma fica com os pesquisadores e a outra fica com os participantes, para eventual assinatura. Foi solicitado a cada jovem para que respondesse ao questionário de acordo com o que pensa, esclarecendo aos participantes que a pesquisa não envolveria nenhum risco a sua saúde e integridade biopsíquica, moral e espiritual, recomendados pela Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os participantes foram orientados a não se identificarem no questionário, assegurando o anonimato de sua participação, sendo, além disso, de caráter voluntário a contribuição.

### 3.4. ANÁLISE DOS DADOS

Para a tabulação e a análise dos dados foi utilizado o *PASW (Predictive Analytics Software, versão 21)*. Por meio de estatísticas descritivas, foram estimadas as questões sociodemográficas, sendo também verificadas as correlações de Spearman, na relação entre o uso de tatuagens com personalidade e atos infracionais.

### 3.5. RESULTADOS

Considerando os jovens que cometeram atos infracionais, 46,7% tinham tatuagem, enquanto que, dentre aqueles que não cometeram, não havia tatuagens. De todos os 64 adolescentes participantes da pesquisa, 22 (2%) possuem tatuagem, sendo estes jovens apenas em conflito com a lei. E com isso, foi feita uma categorização dos significados das tatuagens para efetuar as frequências de respostas conforme as categorias criadas que foram de acordo com o significado atribuído a cada uma das imagens. Dos jovens que possuíam tatuagens, 28,6% tinham o significado de proteção; 35,7% possuem nome de familiar; 21,4% afirmam ter apologias ao crime e 14,3 % sem referência ao crime.

**Tabela 1.** Categorização das tatuagens.

<b>Categoria</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Significado</b>
Proteção	28,6	Imagem de Nossa Senhora e Jesus Cristo.
Familiar	35,7	Nome da mãe, pai, avó.



Apologia ao crime	21,4	Palhaços, coringa, carpas de cabeça para cima, risco na pele.
Sem referência ao crime	14,3	Fênix, máscaras japonesas
Total	100	Hannya.

Em seguida, considerando a população total (tatuados e não-tatuados), realizou-se uma correlação bivariada de *Spearman* (unicaudal), entre os fatores da personalidade com o uso de tatuagens e ato infracional.

Com isso, obteve-se uma relação positiva e moderada entre o uso de tatuagem com o ato infracional ( $\rho = 0,56$ ;  $p < 0,01$ ). Isso significa dizer que cometer atos infracionais é mais comum no grupo dos tatuados. Tendo em vista a importância da idade para se entender os atos infracionais, realizou-se uma correlação parcial entre o uso de tatuagem e o ato infracional controlando-se a idade dos participantes. Entretanto, esta correlação foi semelhante ao grupo como um todo ( $\rho = 0,56$ ;  $p < 0,01$ ). Quando se controla o sexo e a idade o coeficiente de correlação verificado diminui um pouco ( $\rho = 0,49$ ;  $p < 0,01$ ).

Além disso, o uso de tatuagem se correlacionou negativamente com a agradabilidade ( $\rho = -0,28$ ;  $p < 0,05$ ) e estabilidade emocional ( $\rho = -0,38$ ;  $p < 0,01$ ) e de forma positiva com a extroversão ( $\rho = 0,40$ ;  $p < 0,01$ ) e abertura a experiências ( $\rho = 0,24$ ;  $p < 0,05$ ). Significa dizer que no grupo de tatuados é menos provável de se obter altos escores em agradabilidade e estabilidade emocional e mais provável de obter altos escores em extroversão e abertura a mudanças. A conscienciosidade não apresentou relações estatisticamente significativas.

Já o ato infracional se correlacionou negativamente com agradabilidade ( $\rho = -0,24$ ;  $p < 0,05$ ) e Estabilidade Emocional ( $\rho = -0,25$ ;  $p < 0,05$ ) e de forma positiva com extroversão ( $\rho = 0,43$ ;  $p < 0,01$ ); e abertura a experiências ( $\rho = 0,24$ ;  $p < 0,05$ ).

**Tabela 2.** Correlações entre tatuagens, personalidade e atos infracionais.

	M	DP	1	2	3	4	5	6
1. Atos infracionais	1,52	0,50						
2. Tatuagens	1,78	0,41	0,56**					
3. Agradabilidade	3,32	1,04	-0,24*	-0,28*				
4. Extroversão	4,15	1,40	0,43**	0,40**	0,22*			
5. Conscienciosidade	5,19	1,38	-0,17	-0,12	0,11	-0,13		

6. Estabilidade Emocional	4,41	1,43	-0,25*	-0,38**	0,43*	-0,18	0,25*	
7. Abertura a Experiências	5,08	1,42	0,24*	0,24*	0,01	0,26*	0,01	0,02

Nota:  $p < **$ . 0,01; \* . 0,05.

### 3.6. DISCUSSÃO

Como se sabe, o uso da tatuagem possui diversos significados, estando em diversas camadas sociais, representando tanto pertença a determinados grupos (BOROKHOV, BASTIAANS; LERNER, 2006) como também a identificação da própria personalidade. Se outrora o grupo de tatuados sofria forte preconceito, atualmente esta prática parece ser bem mais aceita. Entretanto, as tatuagens em grupos de jovens que se envolvem em atividades ilícitas e criminosos podem ser consideradas códigos, que muitas vezes são secretos (PAREDES, 2003). Por isso, o presente estudo visou analisar se existem relações entre o uso de tatuagem com os atos infracionais e os fatores da personalidade em jovens com/sem conflito com a lei.

Alguns autores já apontavam uma correlação do uso da tatuagem com o pertencimento a determinados grupos que podem ou não ser associados a comportamentos de risco (CARROL et al., 2002; Koch et al., 2010; PAREDES, 2003). A presente pesquisa demonstrou que o uso de tatuagem foi correlacionado positivamente com atos infracionais, mesmo se controlando por idade e sexo dos participantes. Além disso, quando comparados os jovens em conflito com a lei dos jovens sem conflito com a lei, verifica-se que nenhum desses últimos possuem tatuagens e boa parte dos que estão em conflito com a lei possuem tatuagens. A correlação positiva entre possuir tatuagem e atos infracionais além dos percentuais observados de tatuados e não tatuados nos grupos em conflito e sem conflito com a lei corroboram a relação do uso de tatuagens com os comportamentos antissociais (CARROL et al., 2002; DREWS; ALLISSON; PROBST, 2000; GREIF; HEWITT; ARMSTRONG, 1999; KOCH et al., 2015; ZRNO et al., 2015), incluindo o uso de álcool e drogas ilícitas (DREWS; ALLISSON; PROBST, 2000; DUKERS, 2016; KOCH et al., 2010).

Adicionalmente, as tatuagens possuem significados marcados na pele, constituindo uma linguagem do seu histórico pessoal (Freitas, 2013) que existem



dentro e fora das instituições socioeducativas (PAREDES, 2003). Neste sentido, as imagens descritas pelos jovens apresentaram diversas simbologias e cargas emocionais afetivas diferenciadas.

A imagem de “Jesus Cristo”, descrita na pesquisa, possui um significado de proteção, tanto descrito pelo respondente como descrito por Paredes (2003) e Silva (2008). Certamente esta imagem localiza-se nas costas e não no peito, já que esta possui um significado diferente dependendo da localização corporal, ou seja, se estivesse no peito teria o significado de participantes de latrocínio. “Nossa Senhora” foi referida como necessidade de proteção, ratificando com a literatura especializada (PAREDES, 2003; SILVA, 2008), na qual se localiza no peito de forma pequena. Já a imagem do “palhaço” ou “coringa” indica morte e alguma ligação com prática de roubo, portadores dessa imagem são perigosos por demonstrarem frieza e desprezo com a própria vida e com a vida de outros, e mais especificamente a de policiais, como foi descrito pela pesquisa.

Borokhovet al., (2006) ressalva em seu estudo que existem desenhos que são relacionados com o tráfico e uso de drogas. Neste sentido, a “carpa de cabeça para cima” foi descrita na pesquisa e indo ao encontro de Silva (2008), para quem apresenta simbologia com as drogas. No entanto, não foi descrito se era ao uso ou tráfico.

Ainda sobre as simbologias, aparecem as letras de familiares significando recordação do nome de alguma pessoa, certamente que os apoiam ou aparecem frases como “amor só de mãe” que pode significar anos de servidão sexual dentro das prisões, o que é diferente se vier acompanhado de um nome feminino, que significa um pedido de desculpas a mãe por tê-la desapontado (PAREDES, 2003). Não se sabe a qual dos dois significados os participantes desta pesquisa quiseram dar. De fato, as pessoas que tem tatuagem podem mesmo não ter ideia do significado das tatuagens, perdendo o sentido para elas mesmas ou se relacionando mais com uma causa estética do que com um código do crime. As autoridades não podem, neste sentido, interpretar esses desenhos com essa “objetividade”.

No entanto, não se encontrou referências das imagens da “fênix” e “máscaras japonesas Hannya”. A fênix representa uma atitude de enfrentamento diante das dificuldades, num processo de se reinventar a própria história (STUTZ, 2014). E a

máscara japonesa Hannya pode significar diversas emoções (raiva, tristeza, perigos), o que não se sabe os quais significados foram atribuídos a estas imagens, já que não foram descritos pelos respondentes.

Além disso, as tatuagens também foram correlacionadas com os fatores da personalidade, o que já era esperado de acordo com o Modelo Geral da Agressão (ANDERSON; BUSHMAN, 2002). Os atos infracionais e as tatuagens se correlacionaram de forma negativa com a agradabilidade, ou seja, pessoas menos afáveis e com menos calor tendem a ser mais agressivos e nem agradáveis com os pares, possuindo também mais aceitação em atos infracionais e possuindo tatuagens.

A estabilidade emocional que é caracterizada pelo equilíbrio e desequilíbrio das emoções (PIMENTEL et al., 2014) é um fator que também apresentou correlação negativa tanto com as tatuagens como também com atos infracionais. Com isso, infere-se que pessoas com maior grau em instabilidade apresentam-se impulsivas (EGAN, 2008) e conseqüentemente mais relações ao uso de tatuagem e atos infracionais, ratificando com Tate e Shelton (2008).

Outra correlação não ratificada pelo estudo de Bartlett e Anderson (2012), mas em conformidade com estudo prévio no contexto paraibano (CAVALCANTI; PIMENTEL, 2016) foi a relação positiva da extroversão com atos infracionais. E, esse construto também esteve relacionado positivamente com o uso das tatuagens, ou seja, pessoas mais extrovertidas exibem-se mais através das imagens marcadas na pele (TATE; SHELTON, 2008; ZRNO et al., 2015).

A abertura a experiência também se correlacionou de forma positiva ao uso de tatuagens, indo de encontro com Tate e Shelton, (2008), ao qual, pessoas com mais abertura a experiência aceitam mais o uso de tatuagens. Este fator se correlaciona geralmente negativamente com a agressão (JONES et al., 2011). Mas, a presente pesquisa apontou que foram positivas as correlações entre atos infracionais e abertura a experiências, isto quer dizer que as pessoas mais abertas estão mais propensas a atos infracionais.

Enquanto que indivíduos com mais conscienciosidade são menos prováveis a aceitação do uso da tatuagem (SWAMI, 2012; TATE; SHELTON, 2008) e de reagir com agressividade ao meio externo (BREESS et al., 2014), na presente





pesquisa não foi encontrado relacionamentos entre o construto da conscienciosidade e os atos infracionais.

### 3.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da limitação do pequeno número de participantes da amostra utilizada nesta pesquisa, o estudo alcançou o objetivo proposto, apresentando as correlações e os significados das tatuagens que os jovens descreveram. Cabe destacar que muitas pessoas que têm tatuagens não conhecem os seus significados, mais comuns em grupos de jovens em conflito com a lei. O uso da tatuagem é um fator de exibição de características pessoais em que sejam necessários mais estudos a respeito. É importante que sejam feitos estudos com diversos grupos de pessoas que usam a tatuagem de maneira artística ou como uma identificação no corpo, para uma comparação mais aprofundada.

Ressalta-se que os dados apresentados também são preocupantes para a sociedade atual, pois alguns jovens que estão em medidas socioeducativas apresentam comportamentos e atitudes marcadas na própria pele favoráveis à agressão e ao desejo pela morte. Assim como estes também se apresentam como códigos de pertença a facções (PAREDES, 2003). Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a literatura especializada sobre tatuagens na psicologia, favorecendo, além disso, diversos estudos sobre correlatos e consequentes do uso de tatuagens.

### 4. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPQ pela bolsa concedida a primeira autora e a toda equipe técnica que cedeu espaço para a realização da pesquisa, além de todos os colaboradores presentes durante a pesquisa.



## 5. REFERÊNCIAS

- ANDERSON, C. A.; BUSHMAN, B. J. (2002). Human aggression. *Annual Review of Psychology*, v. 53, n.1, p. 27-51, 2002.
- ARMSTRONG, M. L.; OWEN, D. C.; ROBERTS, A. E.; KOCH, J. R. College tattoos: more than skin deep. *Dermatology Nursing*, v.14, n. 5, p.317-323, 2002.
- BARLETT, C. P.; ANDERSON, C. A. Direct and indirect relations between the big 5 personality traits and aggressive and violent behavior. *Personality and Individual Differences*, v. 52, n. 8, p. 870-875, 2012.
- BOROKHOV, A.; BASTIAANS, R.; LERNER, V. (2006). Tattoo Designs Among Drug Abusers. *The Israel journal of psychiatry and related sciences*, v. 43, n.1, p. 28-33.
- BREES, J.; MACKAY, J.; MARTINKO, M.; HARVEY, P. The Mediating Role of Perceptions of Abusive Supervision in the Relationship Between Personality and Aggression. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, v. 21, n. 4, p. 403-413, 2014.
- CARROL, S. T.; RIFFENBURGH, R. H.; ROBERTS, T. A.; MYHRE, E.B. Tattoos and Body Piercings as Indicators of Adolescent Risk-Taking Behaviors. *Pediatrics*, v. 109, n. 6, p. 1021-1027, 2002.
- CAVALCANTI, J. G.; PIMENTEL, C. E. (2016). Personality and aggression: A contribution of the General Aggression Model. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v.33, n. 3, p.443-451, 2016.
- DREWS, D. R.; ALLISSON, C. K.; PROBST, J.R. Behavioral and self-concept differences in tattooed and nontattooed college students. *Psychological Reports*, v. 86, p. 475-481, 2000.
- DUKERS, R.L. Deviant Ink: A meta-analysis of tattoos and drug use in general populations. *Deviant Behavior*, v.37, n. 6, p.665-678, 2016.
- EGAN, V. The 'big five': neuroticism, extraversion, openness, agreeableness and conscientiousness as organizational scheme for thinking about aggression and violence. In M. McMurrin, R. C. Howard (Eds.), *Personality, Personality Disorder and Violence* (p.63-84). New York: Wiley-Blackwell, 2008.
- FREITAS, R. B. A prática da tatuagem entre jovens em conflito com a Lei: Arte, Cultura juvenil ou identificação Grupal? *Políticas Culturais em Revista*, v.6, n. 1, p.1-15, 2013.
- GLEASON, K. A.; JENSEN-CAMPBELL, L. A.; RICHARDSON, D. B. (2004). Agreeableness as a predictor of aggression in adolescence. *Aggressive Behavior*, v.30, n. 1, p. 43-61.





GREIF J.; HEWITT, W.; ARMSTRONG, M.L. (1999). Tattooing and Body Piercing. *Clinical Nursing Research*, v.8, n. 4, p. 368-385.

GOSLING, S. D.; RENTFROW, P. J.; SWANN Jr., W. B. (2003). A very brief measure of the big-five personality domains. *Journal of Research in Personality*, v. 37, n. 6, p. 504-528, 2003.

JONES, S. E.; MILLER, J.D.; LYNAM, D. R. Personality, antisocial behavior, and aggression: A meta-analytic review. *Journal of Criminal Justice*, v. 39, n. 4, p. 329-337, 2011.

KOCH, J.R.; ROBERTS, A. E.; ARMSTRONG, M. L.; OWEN, D.C. Body art, deviance, and American College students. *Social Science Journal*, v. 47, p.151-161, 2010.

KOCH, J.R.; ROBERTS, A. E.; ARMSTRONG, M. L.; OWEN, D.C. Tattoos, gender, and well-being among American college students. *The Social Science Journal*, v. 52, p. 536-541, 2015.

MEDEIROS, E. D.; GOUVEIA, V. V.; PIMENTEL, C. E.; SOARES, A.K.S.; LIMA, T. J. S. Escala de atitudes frente à tatuagem: elaboração e evidências de validade e precisão. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v.27, n. 2, p.177-186, 2010.

MELO, R.C.A. *Tatuagem como forma de comunicação: uma expressão corporal*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Comunicação Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

NUNES, C. H. S. S.; Hutz, C. S. O modelo dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade. Em R. Primi (Org.), *Temas em avaliação psicológica* (pp. 40-49). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

PAREDES, C.V. *A influência e o significado das tatuagens nos presos no interior das penitenciárias*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Programa de Pós-Graduação na especialidade em Tratamento Penal e Gestão Prisional. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

PIMENTEL, C. E.; FERREIRA, D. C. S.; VARGAS, M. M.; MAYNART, V. A. P.; MENDONÇA, D. C. Preferência por estilos de filmes e suas diferenças nos cinco fatores de personalidade. *Pesquisas e Práticas psicossociais*, v.9, n. 2, p. 233-244, 2014.

REBOLLO, I.; HARRIS, J. R. Genes, ambiente e personalidade. In C.E. Flores-Mendoza & R. Colom (Orgs.). *Introdução à Psicologia das diferenças individuais* (p. 300-322). Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, A. J.L. *Tatuagem desvendando segredos*. Salvador: Magic Gráfica, 2012.



SILVA, I. B.; NAKANO, T. C. Modelo dos cinco grandes fatores da personalidade: análise de pesquisas. *Avaliação psicológica*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 51-62, 2011.

SWAMI, V. Personality differences between tattooed and non-tattooed individuals. *Psychological Reports: Mental & Physical Health*, v. 111, n. 1, p. 97-106.

SWAMI, V.; TRAN, S. U.; KUHLMANN, T.; STIEGER, S.; GAUGHAN, H.; VORACEK, M. (2016). More similar than different: Tattooed adults are only slightly more impulsive and willing to take risks than Non-tattooed adults. *Personality and Individual Differences*, v. 88, p. 40-44.

STUTZ, E.S. *Identidade à Flor da Pele: uma análise discursivo/informacional dos aspectos relacionados à identidade e memória em tatuagens*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TATE, J. C.; SHELTON, B. L. Personality correlates of tattooing and body piercing in a college sample: the kids are alright. *Personality and Individual Differences*, v.45, p. 281-285, 2008.

ZRNO, M.; FRENCL, M.; DEGMECIC, D.; POZGAIN, I. Emotional profile and risk behaviours among tattooed and non-tattooed students. *Medical Association of Zenica-Doboj*, 12(1), 93-98, 2015.



# UMA SUGESTÃO DE PROTOCOLO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER PELAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL

Sandro Roberto Campos  
[majorpmcampos@gmail.com](mailto:majorpmcampos@gmail.com)

## RESUMO

A violência doméstica contra a mulher integra hoje alarmante cenário no quadro da violência do Brasil. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam para grave quadro de perpetração de feminicídios, posicionando o Brasil como um dos países mais violentos do mundo nessa perspectiva. A rede de proteção às mulheres possui constituição bastante heterogênea e, dentre os diversos organismos componentes situam-se as Polícias Militares do Brasil. Essas Instituições mal aparecem nos debates e discussões travadas nesse contexto, mas constituem-se como das mais fundamentais, dado o cenário onde se precipitam as ocorrências graves de crimes. A própria Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) em nenhum momento cita de maneira procedimental a participação das Polícias Militares e nenhum outro documento nacional, também, entra nesse nível de aprofundamento. Nesse diapasão urge necessárias construções e debates que entoam procedimentos operacionais a serem adotados como nortes institucionais que possam colaborar com os policiais militares nos mais longínquos rincões. Desta feita esse artigo pretende apenas gerar o início de um debate que é emergencial e se configura necessário para que o complexo ambiente do atendimento dos crimes acolhidos na Lei Maria da Penha tenha nas PMs o principal epicentro e primeiro contato de atendimentos destinados às mulheres vítimas de violência doméstica, oportunizando formas de atendimento que possam estar adequadas e legalmente amparadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência doméstica. Atendimento emergencial. Segurança Pública. Polícias Militares.



## A SUGGESTED PROTOCOL FOR THE ADMINISTRATION OF DOMESTIC VIOLENCE POLICIES BY BRAZIL'S MILITARY POLICIES

### ABSTRACT

Domestic violence against women is an alarming scenario in Brazil. Data from the Institute of Applied Economic Research (IPEA) point to a serious picture of femicide, positioning Brazil as one of the most violent countries in the world in this perspective. The women's protection network has a very heterogeneous constitution, and among the various component organisms is the military police. However, this institution hardly appears in the debates and discussions in this context, despite constituting one of the most fundamental ones. The Domestic Violence Bill (nº 11,340/2006, named Maria da Penha) itself at no time cites procedurally the participation of the Military Police and no other national document, too, enters this level of deepening. In this sense, there is a need for construction and debate that intonate operational procedures to be adopted as institutional guidelines that can collaborate with military police in the most distant corners. Thus, this article intends to generate the beginning of a debate that is emergency and is necessary so that the complex environment of care for crimes received by the Domestic Violence Bill has in Military Police the main epicenter and first contact of care for women victims of domestic violence, providing opportunities for care that may be adequate and legally supported.

**KEYWORDS:** Domestic Violence. Emergency care. Public Security. Military Police.

## 1. INTRODUÇÃO

Há um cenário ainda pouco refletido e que ocorre com considerável frequência nos invisíveis bastidores da sociedade: a difícil tarefa do policial militar em suas atuações no atendimento emergencial de ocorrências policiais no âmbito da violência doméstica contra a mulher.

A atuação das Polícias Militares nesse cenário geralmente assume duas perspectivas: uma no campo emergencial e outra na esfera da prevenção sob o manto das “Patrulhas Maria da Penha”, fenômeno que se irradia no cenário nacional. As reflexões neste texto focarão a atuação emergencial do relevante serviço, mas pouco refletido, de radiopatrulhamento ostensivo das Polícias Militares no Brasil.

A violência contra a mulher assumiu proporção no cenário brasileiro que culminou na denúncia do país à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) diante do caso da senhora Maria da Penha Maia Fernandes na década de 1980, principal estopim que motivou a criação da lei que, em 2006, veio a receber seu nome (Lei nº 11.340/2016).

Há dois principais documentos internacionais que foram antecessores e justificaram a adoção da lei “Maria da Penha”: a convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, Convenção de Belém do Pará de 1994 e a Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1993. No primeiro tratado, dentre tantos outros importantíssimos dispositivos, em seu artigo 4º, evidencia-se relevante direito assegurado:

Toda mulher tem direito ao reconhecimento, desfrute, exercício e proteção de todos os direitos humanos e liberdades consagrados em todos os instrumentos regionais e internacionais relativos aos direitos humanos. Estes direitos abrangem, entre outros: a. direito a que se respeite sua vida; b. direito a que se respeite sua integridade física, mental e moral; c. direito à liberdade e à segurança pessoal; d. direito a não ser submetida a tortura; e. direito a que se respeite a dignidade inerente à sua pessoa e a que se proteja sua família; f. direito a igual proteção perante a lei e da lei; g. direito a recurso simples e rápido perante tribunal competente que a proteja contra atos que violem seus direitos; h. direito de livre associação; i. direito à liberdade de professar a própria religião e as próprias crenças, de acordo com a lei; e j. direito



a ter igualdade de acesso às funções públicas de seu país e a participar nos assuntos públicos, inclusive na tomada de decisões.

Como visto, uma amplitude de direitos se desdobra em torno da temática que aborda a violência contra as mulheres, desde aquelas visíveis até mesmo às aquelas que ocorrem submersas aos olhares na sociedade. Neste diapasão, a “Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres” em seu artigo 2º expõe suas vertentes:

a) violência física, sexual e psicológica ocorrida no seio da família, incluindo os maus tratos, o abuso sexual das crianças do sexo feminino no lar, a violência relacionada com o dote, a violação conjugal, a mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nocivas para as mulheres, os atos de violência praticados por outros membros da família e a violência relacionada com a exploração; b) violência física, sexual e psicológica praticada na comunidade em geral, incluindo a violação, o abuso sexual, o assédio e a intimidação sexuais no local de trabalho, nas instituições educativas e em outros locais, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada; c) violência física, sexual e psicológica praticada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra.

Conforme exposições anteriores, em muito se justificou suas deliberações e constituições enquanto importantes referências que, com as quais, culminaram para a concretização da Lei Maria da Penha no cenário nacional.

A adoção da Lei nº 11.340/2006 pode assim ser considerada um relevante marco na história jurídica e de aplicação da lei penal, mesmo diante de muitos obstáculos ainda a ser transpostos. A tragédia ora comentada inicialmente que acabou levando a senhora Maria da Penha para a cadeira de rodas e sua consequente paraplegia foi um caso de repercussão internacional que lançou luz sobre tantos outros no cenário brasileiro.

Segundo a Política Nacional de enfrentamento à Violência contra as mulheres (2011), a violência doméstica representa:

“[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause à mulher morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (Lei nº 11.340/2006). A violência doméstica contra a mulher subdivide-se em: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral. O Parágrafo Único da Lei Maria da Penha dá visibilidade à violência doméstica e familiar contra as mulheres





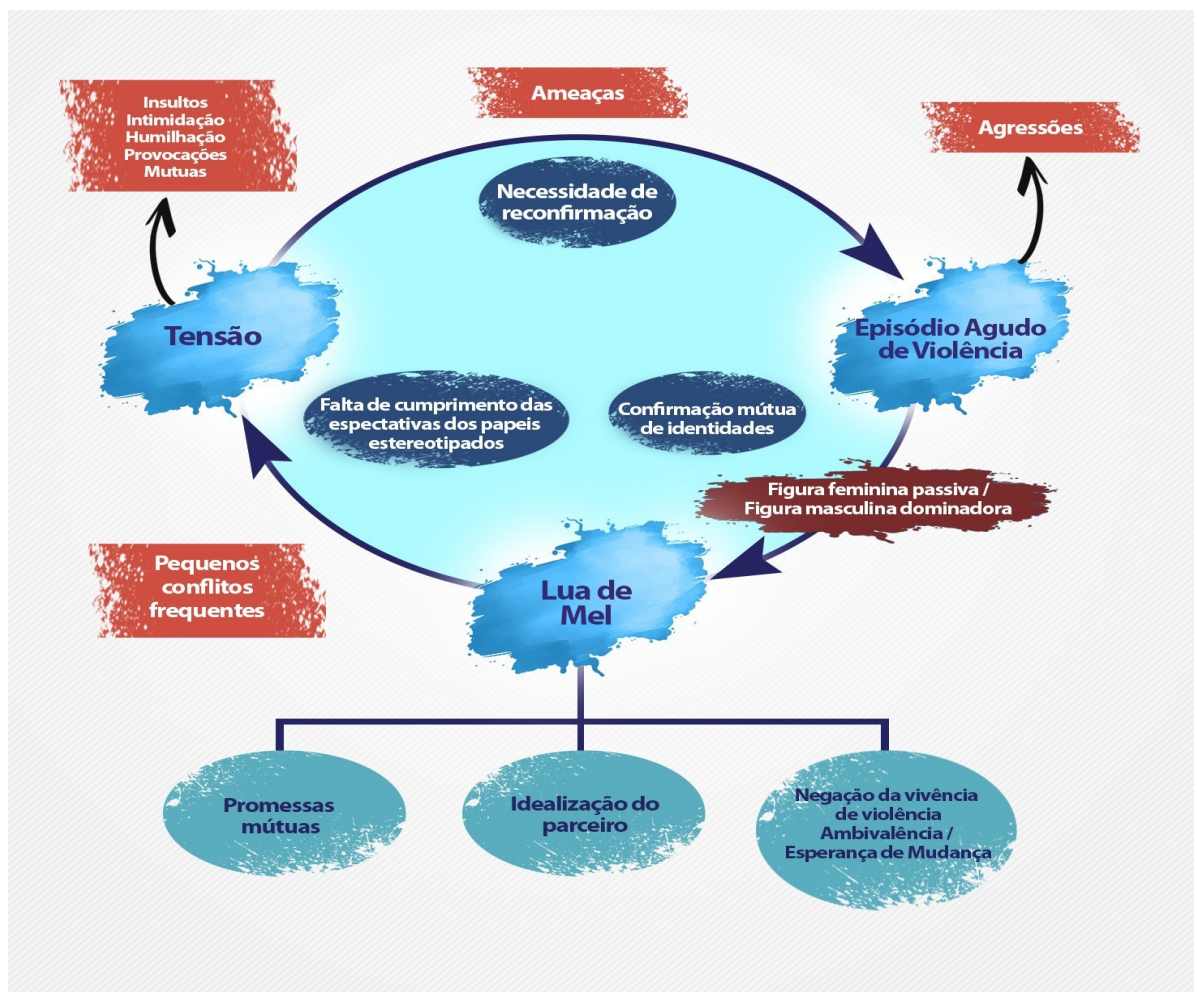
lésbicas, ao afirmar que “as relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual<sup>1</sup>.”

Como se pode verificar acima, a violência doméstica alcança um espaço que as mulheres são privadas de bens inalienáveis e indisponíveis como o próprio direito à vida, à moral, ao equilíbrio mental, dentre outros.

## 2. O CICLO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O estudo desse cenário para as Polícias Militares e demais Instituições que compõem o sistema de segurança pública no Brasil é de fundamental importância, principalmente a compreensão de cada elo que compõe o ciclo de violência contra a mulher e toda a dinâmica envolvida nesse contexto. Para ilustrar essa relevância, pode-se visualizar abaixo uma figura que representa todos esses elos:

**Figura 1.** Ciclo de violência contra a mulher.



<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

**Fonte:** adaptado de Coelho et al. (2016)

Os autores asseveram importante observação conclusiva em sua obra:

O Estado enquanto instância definidora das políticas públicas, entre as quais as referentes à saúde da coletividade - deve articular as práticas profissionais em saúde à superestrutura social e a qualidade de vida. Assim, no âmbito da assistência à saúde, é necessário qualificar os profissionais na perspectiva de gênero, isto requer responsabilização institucional e intersetorial dos serviços, bem como suporte de conhecimento teórico aos profissionais de saúde envolvidos na assistência à saúde das vítimas de violência. Coelho et al. (2016).

Não só os profissionais de saúde, mas ousamos a tornar mais abrangente para todo e qualquer cidadão e profissionais de qualquer área do poder público em geral. A sensibilização dos profissionais de segurança pública é fundamental, visto que passam a compreender o que há por trás daquele atendimento de ocorrência para uma história individual que se cerca de uma série de sofrimentos submersos.

O ciclo de violência doméstica enseja, na prática, o vai e vem de guarnições que acabam atendendo os mesmos casais repetidas vezes, estando na compreensão da dinâmica do ciclo da violência, uma possibilidade muito latente da sensibilização desses profissionais. Em regime de 24 horas de serviços, madrugadas, noites chuvosas, em todos os dias do ano, são exatamente esses profissionais na grande maioria das vezes que são acionados, restando imensa preocupação para suas capacitações e conhecimentos prévios desse subterrâneo quadro que se afigura.

### **3. A TRANSCENDÊNCIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E A INSUFICIENTE PRESENÇA DAS POLÍCIAS MILITARES NO ÂMBITO DA LEI “MARIA DA PENHA”**

Segundo a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher - "Convenção de Belém do Pará" de 1994<sup>2</sup>, o contexto de violência contra a mulher também pode ser bem compreendido segundo seus artigos 1º e 2º:

---

2 Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2019.





Artigo 1 - Para os efeitos desta Convenção deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Artigo 2 - Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica: a. que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual; b. que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e c. que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

A violência contra a mulher, portanto, transcende ambientes domésticos e, ao mesmo tempo se lastreia a estes. As violações são de toda ordem e emanam aspectos de violência que a submete de maneira desumana e degradante. Desta feita, vale destacar importante horizonte citado na parte conclusiva de um manual que versa acerca de “Medicina e Direito” do Conselho Federal de Medicina (2018):

A violência doméstica e familiar contra a mulher não pode mais ser encarada como um conflito relacional, de foro íntimo, mas como um problema social, de saúde pública [e de vários outros setores do poder público], que envolve todos, homens e mulheres, Estado, sociedade, meios de comunicação. Romper com as práticas e estratégias de transformação em nível estrutural, um repensar dos sistemas, das relações e estruturas sociais. Esse processo, portanto, não é imediato, mas tem que começar imediatamente, a fim de que possamos colher os frutos em um futuro breve. (MEDICINA E DIREITO, 2018, p.98).

Em seu conteúdo trouxe aspectos de responsabilizações a agressores e segurança às mulheres vítimas de violência, como a adoção das Medidas Protetivas de Urgência e a celeridade mais acentuada quanto à persecução criminal dos agressores, além de aspectos alusivos à assistência social, psicológica e à saúde das vítimas.

Insta frisar que a lei Maria da Penha teve importante lastro com a Constituição Federal por meio do art. 226, §8º, acentuando que:

O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Neste contexto, o art.1º da Lei Maria da Penha: “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência



doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

No tocante aos verbos citados no caput do artigo anterior, destacam-se “coibir e prevenir”, no entanto, observa-se que no art. 8º, VII, a lei 11.340/2016 assegura apenas a Polícia Militar, enquanto órgão de relevância nesse contexto, a capacitação no âmbito de violência doméstica para, por consequência, atuar cotidianamente nos termos do citado mandamento legal:

A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: [...] VII - a *capacitação permanente* das Polícias Civil e *Militar*, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia; [...]. (Grifo nosso).

A Lei Maria da Penha não detalha a atuação da Polícia Militar nos cenários emergenciais, permanecendo relevantes as seguintes indagações: *Qual a Instituição que é acionada a qualquer horário do dia ou da noite ou em qualquer dia do ano para atender emergencialmente graves ocorrências de violência doméstica em andamento contra a mulher? Além da necessária capacitação quanto à sensibilização dos profissionais à temática, e quanto aos aspectos procedimentais imbricados em meio ao atendimento dessas complexas ocorrências? O policial militar deve avaliar o cenário para a adoção de medidas preliminares antes da condução coercitiva às unidades da Polícia Civil responsáveis? Os policiais militares merecem atuar com segurança jurídica e, ao mesmo tempo, destinar serviços de qualidade às vítimas? Essas indagações e esquecimentos não seriam graves lacunas na lei?*

#### **4. POLÍCIAS MILITARES E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UM EPICENTRO IMPRESCINDÍVEL**

A relevância das Polícias Militares nesses difíceis cenários é apontada através da Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres de



2011, que aponta que: “no âmbito do governo, a Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência é composta pelos seguintes serviços: [...] Polícia Civil e Militar”.

O Pacto Nacional de enfrentamento à violência doméstica publicado em 2011 não menciona com muita clareza metas e ações específicas para as Polícias Militares no âmbito do enfrentamento à violência doméstica. Ainda assim, a instituição pertence à rede de atendimento à mulher no cenário nacional, sendo importantíssima instituição que figura nas cenas críticas de efervescência diante dos conflitos locais.

Em 2016 foi publicada a Portaria nº 586 do Ministério da Justiça, que instituiu em seu âmbito o núcleo de proteção às mulheres vítimas de violência. Dentre as medidas decorrentes do núcleo, verificou-se o apontamento do Art. 2º, V, “estimular e propor aos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública e de ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade contra a mulher”.

No mesmo documento, em seu art. 2º, inciso III, ainda menciona a “elaboração, em conjunto com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, de protocolo uniforme de atendimento às mulheres vítimas de violência”.

As Diretrizes Nacionais de Investigação Criminal com perspectiva de gênero Coleção Documentos de Política nº 28, área: Justiça, Princípios para atuação com perspectiva de gênero para o Ministério Público e a segurança pública do Brasil, assevera alguns aspectos que versam sobre o atendimento propriamente dito pelas Polícias Militares no Brasil conforme destaque abaixo descrito:

[...] as diretrizes contidas na presente versão adaptada são voltadas para a adoção pelos órgãos de persecução penal da perspectiva de gênero na investigação de crimes de violência doméstica e familiar que são praticados contra as mulheres no Brasil, e incluem orientações para os/as servidores/as e membros/as do Ministério Público e aos/às profissionais e instituições do sistema de segurança pública, compreendido aqui pela Polícia Civil, *Polícia Militar* e Científica. (Grifo nosso)

Mas o documento institucional ainda não detalha de maneira pormenorizada aspectos que estão compreendidos do início ao fim do atendimento de uma ocorrência policial por parte das Polícias Militares ou uma regra básica e suas variações específicas, muito embora estas sejam múltiplas e difusas.



Em outro documento do Governo Federal, nas Diretrizes Nacionais do Femicídio – Investigar, processar e julgar, com perspectivas de gênero as mortes violentas de mulheres, a terminologia “militar” é citada apenas três vezes. Duas das quais são expostas adiante:

Este documento destina-se às instituições que atuam na apuração de responsabilidades criminais: instituições de segurança pública – polícias civis, *polícias militares* (...). Os capítulos que compõem este documento abordam *as recomendações para os profissionais* que atuam nas etapas da investigação criminal e do processo penal, entre os quais estão policiais civis, *militares*. (Grifos nossos).

Mas também encontram muitas limitações quanto a inúmeros procedimentos que se cercam aos policiais militares nesses cenários. As recomendações específicas às polícias militares do Brasil geralmente não se depreendem de maneira clara. No mesmo documento, uma importante saída é apontada:

[...] na abertura da investigação criminal, podem também participar as polícias militares, bombeiros, guardas municipais, profissionais da saúde, entre outros que podem ser chamados ao local – cena do crime. A fim de *evitar conflitos de atribuições, contaminação da cena ou alteração das evidências físicas e outros materiais probatórios*, é necessário implementar *protocolos de atuação institucional*, com vistas a *facilitar o trabalho investigativo e a garantir a incorporação da perspectiva de gênero em todas as etapas da atuação policial*. (Grifos nossos)

Os protocolos de atuação institucional mencionados no trecho acima estão amparados segundo o Caderno Temático de Referência, Investigação Criminal de Homicídio, Capítulo 3. (SENASP, 2014) e o Procedimento Operacional Padrão Perícia Criminal (SENASP, 2013). Ainda assim, as citações alusivas às Polícias Militares são poucas e requerem acentuado aprofundamento, mas apontam objetivos fundamentais e que acabam se repetindo: “[...] evitar conflitos de atribuições, contaminação da cena ou alteração das evidências físicas e outros materiais probatórios (...) facilitar o trabalho investigativo e a garantir a incorporação da perspectiva de gênero em todas as etapas da atuação policial”. Idêntico ao já mencionado anteriormente por meio das Diretrizes Nacionais do Femicídio – Investigar, processar e julgar, com perspectivas de gênero as mortes violentas de mulheres.



## 5. A HETEROGÊNEA MISSÃO DAS POLÍCIAS MILITARES

Após apresentação de Tratados Internacionais lastreados à legislação nacional e a documentos produzidos com finalidades administrativas do poder público em geral visando à otimização do atendimento no contexto da violência doméstica, emerge o trabalho emergencial da Polícia Militar.

A missão constitucional das polícias militares é a “preservação da ordem pública [...]”. Neste sentido, vale destacar a colaboração de Dallari (1996, p. 33) apud Gerhard (2014, p. 45), “[...] a polícia ganhou uma relevância muito especial. A sua responsabilidade é grande. Ela é acionada para resolver tudo”. Segundo Gerhard, “entende-se que esse ‘tudo’ mencionado refere-se à ordem, à tranquilidade e à salubridade pública da sociedade, tanto no ordenamento coletivo, como no individual”.

Neste sentido, o trabalho do policial militar nos mais diversos cenários é espinhoso e requer conhecimento amplo e difuso. Neste diapasão assevera Serrano (2015),

A atividade policial militar é dinâmica e complexa. Exige conhecimento multidisciplinar e constante atualização. A doutrina policial é focada em procedimento operacional técnico, sendo parca a produção jurídica. O Boletim de Ocorrência policial militar possui natureza jurídica de ato administrativo informativo. Tem por objetivo levar a conhecimento das autoridades competentes fatos sociais com relevância jurídica. No contexto da legislação atual os casos de condução para o Departamento de Polícia Judiciária, na condição de detido, são: preso em flagrante delito, pessoa com mandado de prisão em aberto ou foragido recapturado.

Em meio à valiosa contribuição do autor, verifica-se que a atividade policial é espinhosa e requer atenção em sua conduta técnica diante dos atendimentos de ocorrências policiais. Enfatiza ainda as condições de encaminhamento coercitivo para a polícia civil, diferencial que classifica o policial militar na condição de abuso de autoridade ou não.

A parca produção jurídica também mencionada pelo autor obriga às Polícias Militares a produção de “técnicas necessárias” para materializar suas atividades em via pública. Há quem diga “está tudo no Código de Processo Penal”, mas com vênia, “tudo o que?”. A atuação não é clara e remete a essas Instituições gigantescas

cauteladas com vistas a produzir atendimento policial com fragilíssimos instrumentos jurídicos disponíveis.

Adentrando aos aspectos procedimentais, para Raimondi (2013, p. 46):

[...] De uma forma resumida, a atuação do policial militar que primeiro chegar ao local onde esteja ocorrendo qualquer tipo de violência doméstica e familiar contra a mulher, será a de identificar e prender o agressor caso ele se encontre no local, acionar o serviço médico ou dependendo da gravidade dos ferimentos, socorrer a vítima ao hospital mais próximo, para que ela receba os primeiros atendimentos médicos e em seguida, se a vítima estiver em condições, conduzi-la para delegacia de polícia para lavratura de flagrante. No caso do agressor não se encontrar no local, o policial militar deverá constar em relatório minucioso todas as informações necessárias para subsidiar as providências dos outros órgãos públicos envolvidos.

O policial militar deve sim, nesses ambientes, necessariamente discernir se o fato com o qual se depara é algo delituoso ou não, visto que, uma condução coercitiva inadequada à Polícia Civil pode cercar-se de abuso de autoridade, consubstanciando, por fim, em responsabilizações criminais à guarnição da PM.

Com lastro à complexa atuação policial militar, Muniz (1999, p. 158), assevera que:

[...] os PMs privam de um saber especial e doloroso que, em boa parte, costuma ser partilhado somente com outros policiais e, às vezes, com seus familiares. As reservas em expor esse saber a outras pessoas – mesmo as mais íntimas - resulta, em parte, da propositada percepção de que esse conhecimento choca, expõe as feridas e desencanta; ele mostra “a nua e crua realidade” dos atos. Em certa medida, ele desumaniza aqueles que, de algum modo, dele partilham [...].

Do lapso compreendido entre o chamado do Centro de Operações “190” ao desfecho final de entrega ou não da ocorrência na Polícia Civil nos remete a profundas e irrestritas reflexões. O mundo cotidiano do policial militar é cercado de intempéries não previstas ou precariamente amparadas no arcabouço legal. A ausência clara de postulados processuais penais acarreta o aumento da discricionariedade desse profissional a uma múltipla leitura hermenêutica de diversas situações. Esses sérios riscos de erros de julgamentos e prováveis responsabilizações estão presentes ativamente nesses atendimentos.

Nesse contexto, importantes reflexões são trazidas para a discussão por meio da produção científica de Souza (2018) quando alega que:





[...] considerando o art. 39 do CPP que não atribui como competente para colher a representação o policial militar. Evidenciando também que para prisão em flagrante é necessário que o fato seja típico, antijurídico e culpável, não colocando como requisito para existência do crime a representação [...]; [...] não há previsão legal para policial militar colher ou não a representação. Não se tratando de elemento constituinte do crime, mas como condição de procedibilidade, a representação não faz o crime deixar de existir no mundo jurídico [...] e [...] *Condução coercitiva de autor do fato sem avaliação da Representação*. (2018, p. 48, 83 e 94). (Grifo nosso)

Não se trata durante o atendimento de uma “avaliação da representação”, mas uma “avaliação de qual procedimento a ser adotado” por parte do solitário policial militar nas difíceis cenas de violência. Apenas para uma reflexão, os crimes de ameaça são considerados de menor potencial ofensivo, mas estão assim desconsiderados por intermédio do art. 41 da lei nº 11.340/20016. No entanto, ao comparecer no local da ocorrência a guarnição geralmente não presenciou o crime ocorrido e, na letra fria do que o autor apresenta, então há condução coercitiva do suposto agressor, ainda que este afirme à guarnição da PM não ter ameaçado a vítima? Condução coercitiva implica em processo de uso de algema, possível aplicação de lesões corporais no suposto agressor em razão de resistência e desobediência e provável abertura de Inquéritos Policiais Militares em desfavor das guarnições.

Essa análise não pretende minimizar a versão da vítima, mas e se esta estiver mentindo? Isso seria possível? Abre-se um leque extremamente complexo ao policial militar que, naquela ocasião, deverá adotar alguma medida juridicamente legal. Ao mesmo tempo os policiais militares devem proteger a vítima e devem estar protegidos e amparados legalmente em suas atuações.

É neste contexto que os problemas existem, sendo necessário um mínimo norte como ponto de partida visando à minimização de erros e adequando a instituição ao cumprimento do “estado democrático de direito”.

Neste sentido alerta Souza (2018, p. 50):

[...] em muitos casos a autoridade decide pela atipicidade do fato. Porém, o policial militar já realizou a condução coercitiva do cidadão, por vezes utilizando a força e algemas e gerando lesões. Diante de tal cenário tão complexo *urge a avaliação dos casos em que a condução coercitiva do cidadão possui amparo*. Indubitável é a condução em estado de flagrante delito, previsto no art. 302 do CPP, em qualquer de suas modalidades. Constatada a



materialidade e autoria do fato criminal a condução do autor será legal. (Grifo nosso).

Esse preceito demonstra que, ao contrário de o policial não avaliar a tipicidade do fato praticado antes da condução coercitiva ou não do suposto agressor, cabe a esse profissional, conhecimentos prévios de dispositivos penais que configurem essas ações. Novamente não se trata aqui de uma “avaliação de representação ou não da vítima em representar contra o acusado” por parte do policial militar, mas a óbvia e cristalina extração da necessária motivação que o fará a empregar a força ou não para a condução coercitiva e a correta descrição no histórico de seu boletim de ocorrência policial.

## 6. DISCUSSÃO MÍNIMA DOS TIPOS RECORRENTES E PROPOSTAS DE ATUAÇÕES

É então urgente e necessário que as Polícias Militares balizem suas atividades no sentido de dotar aos seus profissionais um cabedal mínimo e passivo de constantes e contínuos aprimoramentos de parâmetros e protocolos de atendimentos de ocorrências policiais no âmbito da violência doméstica contra a mulher.

Nesses cenários, em regra geral, estão presentes diversos tipos penais com destaque aos crimes de ameaças, vias de fato, lesões corporais leves e graves e descumprimentos de Medidas Protetivas de Urgência. Esse conjunto, seguramente, compreende uma altíssima quantidade de ocorrências atendidas por parte das Polícias Militares e cada tipo requer a observância de etapas que devem ser observadas por cada profissional. Isso acaba cumprindo grandes objetivos: (1) individualizar e analisar jurídica e procedimentalmente cada crime a ser atendido e considerados de relevância no cenário de violência contra a mulher; (2) Utilizar a abordagem de gênero e compreender o ciclo de violência contra a mulher em meio aos atendimentos tendo como principal bem a ser tutelado: a dignidade humana e a vida das mulheres vítimas de violência; e (3) promover segurança jurídica na atuação dos policiais militares em geral.

Não se pretende aqui, por óbvio, detalhar os procedimentos adotados para cada crime acima citado, o que seria o ideal, mas aproveitar o conhecimento científico já produzido e adaptá-los de modo a apresentar um mínimo *checklist*.





Analisando produções científicas de três capitães da Polícia Militar do Espírito Santo, Ronaldo Raimondi (principalmente), Wagner Batista de Souza e Carlos Serrano Balbino, adiante, de maneira adaptada, apresenta-se uma sugestão de atendimento em geral de ocorrências policiais que transversalizam os tipos criminais mais recorrentes e anteriormente mencionados. Em regra, estão sendo apresentados e adaptados por este autor com base na leitura das obras dos oficiais, doutrina e legislação vigente, os tópicos, na íntegra, produzidos de maneira brilhante pelo capitão Ronaldo Raimondi.

Assim sendo, segue adiante os Protocolos de atendimentos para as ocorrências mais comumente percebidas nos ambientes operacionais:

### **6.1. PROCEDIMENTO Nº 1: MEDIDAS ADOTADAS QUANDO O POLICIAL MILITAR RECEBER UMA CHAMADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (OU VIA RÁDIO OU AO DEPARAR-SE EM PATRULHAMENTO)**

a) Aproxime-se da cena de violência doméstica com um elevado grau de cuidado, sua segurança é fundamental;

b) Obtenha todas as informações disponíveis a partir da rede de rádio e notifique à central de sua chegada ao local;

c) Quando estiver próximo do local, evite o uso de luzes de emergência e sirenes, isso pode alertar o agressor e possibilitar sua fuga. Caso a central ou o denunciante tenha informado que a vítima está em perigo, utilize estes recursos para que o agressor fique sabendo da presença da polícia e pare as agressões;

d) Esteja atento para as pessoas que estejam deixando o local através de portas, janelas, ou veículos próximos.

### **6.2. PROCEDIMENTO Nº 2: PROCEDIMENTOS QUANDO CHEGAR AO LOCAL DA OCORRÊNCIA**

a) Identifique-se como policial, explique a sua presença e solicite a entrada na residência quando as circunstâncias assim o exigirem;

b) A entrada forçada na residência somente é permitida se houver suspeita de que a vítima possa estar em perigo. Ao tomar esta decisão, leve em conta tudo o que observar pessoalmente, todas as provas materiais e todas as coisas apreendidas deverão ser constadas na ocorrência;



c) Certifique-se da presença de armas em posse dos envolvidos ou nas imediações, na medida do possível sempre solicitar apoio para ação numérica segura;

d) Procure identificar todos os ocupantes da residência ou local da agressão, moradores ou não, eles serão arrolados posteriormente como potenciais testemunhas, vítimas e agressores;

e) Averiguar via central ou dispositivo de consulta eletrônica disponível e institucional a existência de Mandados de Prisão e Medidas Protetivas de Urgência contra agressores, além de placa de veículo envolvido.

### **6.3. PROCEDIMENTO Nº 3: PROCEDIMENTOS ADOTADOS APÓS A CHEGADA AO LOCAL DA OCORRÊNCIA**

a. Procure separar as partes envolvidas para evitar novas agressões, principalmente no momento de encaminhamento à delegacia, se possível, em viaturas diferentes;

a.1. Durante o atendimento da ocorrência, mantenha as partes (agressor e vítima) separadas e fora do alcance da vista e audição um do outro, de modo a não acirrar os ânimos já exaltados;

b. Se for confirmada a agressão, detenha e faça uma busca pessoal no agressor;

c. Quando tiver que deter o agressor faça uso moderado e diferenciado da força e só utilize as algemas se houver risco de vida ou possibilidade de fuga do agressor, no caso de confirmação da prática do crime, observando quantidade numérica superior e segura de policiais militares para o procedimento;

c.1. No caso do item anterior, lavrar o respectivo Auto de resistência e constar no histórico do boletim de ocorrência;

d. Faça uma avaliação se existem pessoas feridas, caso afirmativo, solicite a presença do SAMU ou orientações por parte das centrais (COPOM);

e. Providenciar laudos médicos e acostar ao boletim de ocorrência, narrando no histórico de maneira detalhada o conteúdo das agressões sofridas pelas vítimas;

f. Em nenhuma hipótese a vítima poderá ser conduzida coercitivamente sob o risco de revitimizações, tampouco testemunhas, cabendo ao policial militar as



devidas qualificações de ambas e a descrição detalhada no boletim de ocorrência policial sobre as circunstâncias e relatos obtidos no local dos fatos;

g. O policial militar deverá argumentar para que vítima e testemunha o acompanhem à delegacia, visto ser extremamente relevante de modo que a coleta de seus depoimentos seja produzida para que o processo transcorra com maior celeridade e que as provas testemunhais obtidas “no calor” dos acontecimentos possam aproximar-se ao máximo da realidade ocorrida *in loco*.

#### **6.4 PROCEDIMENTO Nº 4: NO LOCAL DA OCORRÊNCIA OBSERVE OS SEGUINTE DETALHES**

a. Verifique se os envolvidos possuem lesões, incluindo aquelas que podem ser escondidas por roupas ou de outra forma não prontamente aparente;

b. Caso o suspeito de agressão tenha fugido do local, solicite informações sobre seu possível paradeiro, detalhando a situação no histórico do atendimento;

c. Obtenha informações sobre incidentes anteriores, incluindo a frequência e a gravidade;

d. Pergunte à vítima se ela recebeu notícia se o acusado possui alguma medida protetiva de urgência e conste no histórico da ocorrência;

e. O descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência, conforme lei nº 13.641, de 3 de abril de 2018, é considerado crime. No entanto, ao observar tal descumprimento no local de ocorrência, o policial deve avaliar muito bem as várias situações que podem ocorrer nessas localidades, como exemplo:

e.1. O autor reside com sua genitora no mesmo ambiente onde reside sua ex-companheira, infringindo, “em tese”, descumprimento por manter-se afastado da localidade por quantidade específica de metros ou quilômetros, mas esse mesmo autor não tem onde morar;

e.2. Existência de averiguação de descumprimento de MPU por parte da guarnição quando ocorre denúncia anônima à central e, no local dos fatos, verifica-se que o casal já reatou relacionamento e estão convivendo harmonicamente;

e.3. Nos casos anteriores, a condução deverá ser realizada ainda assim, mas exigirá do policial militar verbalização e alto poder de convencimento para que ambas as partes o acompanhe à uma delegacia próxima para a adoção das medidas cabíveis;



e.4. Outro desdobramento do item anterior aponta para casos de negativa reiterada quanto à condução. Nesse caso, é de bom alvitre que a guarnição mantenha contato com a supervisão do policiamento de modo a contatar ao delegado de plantão acerca de medidas que possam minimizar diversos danos colaterais advindos da condução coercitiva, como, por exemplo, a presença de filhos e familiares;

e.5. Observar a presença de filhos e parentes que estejam próximos, antes de realizar qualquer contenção ou condução coercitiva.

f. Inclua também na ocorrência, todas as provas materiais para apoiar a acusação, incluindo provas que justifiquem as lesões da vítima (armas, roupas rasgadas, cabos de telefone, e assim por diante);

g. Assim que for possível, entreviste e qualifique todas as testemunhas para saber sobre incidentes anteriores e estabeleça um padrão para constar no relatório;

h. Se houver a presença de crianças no local, verifique se há sinais de trauma ou quaisquer feridas aparentes. Se for necessário, acione o Conselho Tutelar;

i. Informe à vítima os direitos previstos na Lei Maria da Penha e caso necessário, acompanhe-a na retirada de seus pertences do local da ocorrência e se houver risco de vida, forneça auxílio no transporte para um abrigo ou local seguro;

j. Observar que a condução a Casa Abrigo dar-se-á apenas por parte da Polícia Civil em veículo descaracterizado, de modo a garantir a segurança da vítima, filhos e demais familiares.

#### **6.5. PROCEDIMENTO Nº 5: NO ATENDIMENTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EVITE SITUAÇÕES COMO**

a. Fazer qualquer declaração que desencorajaria uma vítima de reportar um ato de violência doméstica;

b. Ameaçar, sugerir ou indicar a possível prisão de todas as partes para desencorajar futuros pedidos de intervenção por parte da polícia militar;

c. Fazer qualquer comentário pessoal depreciativo à vítima, autor ou testemunha de modo a classificar a situação em evidência enquanto uma ocorrência de menor valor de importância ou fazer julgamentos pessoais diversos que não estejam lastreados à condução técnica e legal dos procedimentos adotados.



## **6.6 PROCEDIMENTO Nº 6: ENVOLVIMENTO DE POLICIAIS COMO SUSPEITOS DE AGRESSÃO**

a. O Supervisor do Policiamento deve acompanhar as ocorrências envolvendo policiais militares, inclusive nos casos de violência doméstica;

b. Caso uma das partes envolvidas seja policial de posto superior ou de outras corporações, além do supervisor, a central deverá ser cientificada para providenciar orientação específica para cada caso;

c. Se o suspeito for policial, o cuidado tem que ser redobrado, pois na maioria das vezes, ele está armado e conhece todas as práticas e os treinamentos que serão utilizados contra ele.

## **6.7. PROCEDIMENTO Nº 7: CASOS EM QUE O POLICIAL DEVERÁ REALIZAR A DETENÇÃO DO SUSPEITO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

a) Em flagrante ou sem mandado, quando houver causa provável para acreditar que o suspeito cometeu um crime envolvendo violência doméstica;

b) Quando o suspeito de agressão estiver descumprindo ou violando as medidas protetivas de urgência da vítima, observando as cautelas detalhadas do item “e” e suas variações do procedimento número 4.

## **6.8. PROCEDIMENTO Nº 8: O QUE FAZER QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL REALIZAR A DETENÇÃO DO SUSPEITO DE AGRESSÃO**

a) Explique para a vítima porque a prisão não está sendo feita, podendo ser devido à falta de provas do crime cometido ou outro motivo;

b) Aconselhe a vítima sobre seus direitos e explique a ela os procedimentos para a apresentação de uma queixa-crime;

c) Incentive a vítima a entrar em contato com a delegacia da mulher mais próxima para obter as informações sobre aconselhamento e outros serviços;

d) Se o policial verificar que existe causa provável para conduzir ambas as partes, deverá constar no relatório uma explicação detalhada para cada preso.

## **6.9. PROCEDIMENTO Nº 9: OBSERVÂNCIA DE SITUAÇÕES RECORRENTES E GRAVES “DETALHES” QUE GERAM DÚVIDAS E QUESTIONAMENTOS**

a) Quando não há agressão física, mas ameaças com agressor ausente: Orientar a vítima a buscar a sua segurança e a dos seus dependentes, se houver.



Registrar a ocorrência na Delegacia de Mulher da sua cidade, contando o que aconteceu e pedir a medida protetiva, se for o caso. O agressor será intimado, ouvido, e o inquérito será encaminhado à Justiça;

a.1. Caso o agressor esteja presente na cena dos fatos, este deve ser apresentado à delegacia próxima, de modo a formalizar o ocorrido, não devendo o policial militar realizar juízo de representação, obedecendo ao art. 41<sup>3</sup> da lei nº 11.340/2006, que assevera que os crimes que abrangem violência doméstica contra a mulher não estão acolhidos enquanto de menor potencial ofensivo na forma da lei nº 9.099/1995. Mas, ao mesmo tempo, avaliar a legalidade quanto à condução a ser realizada e os possíveis efeitos colaterais decorrentes à própria guarnição;

a.2. Os crimes de “*vias de fato*” geralmente são acompanhados de lesões corporais, mas quando não há lesões aparentes, recomenda-se que os policiais militares separem ambas as partes, as conduza separadamente em viaturas diferentes. Nesses casos, os agressores podem ser ambos, muito embora a mulher acabe se prejudicando mais em função de sua compleição física, mas as notícias, sendo de agressões mútuas, acabam por intuir a necessidade de que ambos necessitem ser conduzidos;

a.3. O encaminhamento das partes conforme item anterior tem como principal finalidade, conter um agravamento da situação na localidade e devolver a ordem e a paz naquele ambiente;

a.4. Para o suposto agressor presente e que supostamente tenha cometido o “*crime de ameaça*”, mas sem qualquer relato de agressões físicas, a guarnição geralmente comparece sem presenciar o flagrante ocorrido, o que gera imensa dificuldade para materializar a existência ou não do delito, deixando-se de configurar, aparentemente, o flagrante delito, principal fundamentação para que

<sup>3</sup> Na mesma linha de raciocínio é o artigo publicado por Flávia Piovesan que deixa clara a inadequação dos juizados para tratar da violência contra a mulher, quando salienta que “o grau de ineficácia da referida lei revela o paradoxo do Estado: romper com a clássica dicotomia público-privado, de forma a dar visibilidade a violações que ocorrem no domínio privado, para, então, devolvê-las a este mesmo domínio, sob o manto da banalização, em que o agressor é condenado a pagar à vítima uma cesta básica ou meio fogão ou meia geladeira (...) Os casos de violência contra a mulher ora são vistos como mera ‘querela doméstica’, ora como reflexo de ato de ‘vingança ou implicância da vítima’, ora decorrentes da culpabilidade da própria vítima, no perverso jogo de que a mulher teria merecido, por seu comportamento, a resposta violenta. Isto culmina com a consequente falta de credibilidade no aparato da justiça. No Brasil, apenas 2% dos acusados em casos de violência contra a mulher são condenados”. (CUNHA e PINTO, 2015, p. 237 e 238).





a condução coercitiva do acusado seja realizada por parte da guarnição dos policiais militares. Esse cenário considera-se extremamente difuso, complexo e exigirá dos profissionais a necessidade de averiguar se houve alguma testemunha que tenha presenciado as agressões praticadas, fato que geralmente ocorre no âmbito doméstico e sob o manto da vida conjugal. Porém, após a saída da guarnição da localidade, graves circunstâncias podem ocorrer, principalmente a consumação de um feminicídio.

Ainda que não haja qualquer testemunha ocular e que a vítima reitere manifestação de que o crime ocorreu e com igual manifestação do companheiro de que tal fato não tenha ocorrido, classificando, geralmente, como uma “discussão banal entre casal”, e se negando de maneira veemente a ser conduzido à delegacia, recomenda-se que a guarnição adote as seguintes providências:

(1) verificar a existência de testemunhas que tenham presenciado as ameaças, qualificá-las e constar no histórico do boletim de ocorrência;

(2) verificar a existência de MPU e Mandado de Prisão aguardando cumprimento em desfavor ao agressor;

(3) arrolar testemunha para acompanhar a mediação da guarnição na localidade;

(4) determinar ao agressor a acompanhar a guarnição à delegacia para fins de que seja ouvido perante a autoridade competente da Polícia Civil;

(5) em caso de negativa ao item anterior, noticiar ao supervisor de área e informar a possível necessidade do emprego de força moderada e solicitar reforço numérico de policiais militares (apenas agir em número superior na localidade);

(6) convencer verbalmente e afastar da localidade filhos, parentes e outras pessoas ligadas à família, de modo a garantir que a ação policial seja executada;

(7) a contenção e condução coercitiva do suposto agressor deverá ser procedida após avaliação do supervisor do policiamento e o(a) delegado(a) de plantão, exatamente para que os desdobramentos posteriores estejam amparados legalmente;

(8) convidar a vítima a prosseguir à delegacia, procurando convencê-la de sua importância para a elucidação dos fatos, em outra viatura, não a conduzindo



coercitivamente, caso a mesma não queira, mas qualificando-a nos autos sob pena prevista no artigo 68, da LCP;

(9) Finalizando, constar minuciosamente os fatos e todas as medidas adotadas em boletim de ocorrência, acostando outras peças julgadas necessárias;

a.5. O item anterior é uma simulação, mas que exigirá do policial militar uma reflexão imensa no local dos fatos, mais uma vez não se tratando de uma mera “avaliação de representação”, mas avaliar as medidas que serão adotadas. É importante destacar que os itens a.4. e a.5. poderão ser aproveitados no todo ou em parte, dependendo de cada caso em concreto. Por fim, é terminantemente recomendado imensa capacidade de mediação, diálogo e consenso para o acompanhamento de ambas as partes à delegacia, não sendo tarefa fácil e rápida;

a.6. Para os itens a.4. e a.5., vide extensa fundamentação contida na nota 11 ao final deste artigo. A escolha para esta ação do policial militar se deu em razão da garantia da vida da vítima e de possibilitar ao acusado sua ampla defesa junto à autoridade da Polícia Civil e, posteriormente, ao Poder Judiciário. Invoca-se neste cenário a “teoria dos poderes implícitos” que

[...] defende que ao serem definidos os objetivos e as competências dos órgãos, ela, implicitamente, concede aos mesmos a liberdade de adotar os mecanismos necessários para cumprir suas obrigações, sendo-lhe vedada apenas o que a constituição proíbe. Vemos que a aplicação de tal teoria se coaduna com a mudança de paradigma da legalidade administrativa. Com isso, a lei, em sentido estrito, deixaria de ser o trilho a ser seguido pelo agente público, passando a ser suas balizas. Desse modo, a Constituição daria à Administração a possibilidade de adotar as medidas necessárias para cumprir suas atribuições, mesmo sem a existência de lei em sentido estrito que prescreva expressamente tal ato. Contudo, a medida não poderia, é claro, ser contrária a lei, ou ao ordenamento jurídico, nem destoar de possível norma legal que regule o caso[...]. (ALMEIDA, 2013, p. 67 e 68)

b. Quando houver violência patrimonial: Orientar a vítima a registrar o Boletim de Ocorrência, especificando qual o patrimônio que está sendo violado. Podem ser procurações, financiamentos, contas conjuntas, ou, também, quando o agressor tomar ou destruir os objetos da vítima, seus instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;





c. Se for um vizinho, denúncia anônima ou outra pessoa que presenciou ou ouviu a agressão: o policial militar deverá constatar no local se a denúncia é verdadeira e se vítima apresenta lesão corporal decorrente de violência doméstica. Caso afirmativo, deverá proceder a detenção do agressor e encaminhá-lo à delegacia. A manifestação da parte vítima não é necessária para a aplicação da lei Maria da Penha. Assim, um terceiro pode acionar o Estado, e a prisão do agressor será efetivada ainda que a vítima não se manifeste nesse sentido;

d. Se a vítima não quiser ir à delegacia prestar queixa da agressão ou ser encaminhada a exames de lesão corporal: o policial militar não poderá realizar a condução coercitiva da vítima. Caso o agressor esteja no local, deverá ser detido e encaminhado à delegacia de polícia civil, a qual irá instaurar o inquérito através de provas produzidas por outros meios. A lavratura do flagrante poderá ser feita com laudos médicos que tenham prestado atendimento à vítima, testemunhas que tenham presenciado a agressão, fotografias ou o depoimento dos próprios militares que atenderam a ocorrência, dentre outros meios;

e. E se o agressor for outra mulher ou um travesti? A Lei Maria da Penha prevê que o sujeito ativo poderá ser de qualquer gênero, porém, o sujeito passivo sempre será a mulher, estendendo o conceito “mulher” para as lésbicas, transgêneros, transexuais e travestis;

e.1. Atendendo a produções oriundas do Caderno Doutrinário 2 – Tática policial, abordagem a pessoas e tratamento às vítimas – Manual Técnico - Profissional nº 3.04.02/2013-CG de 2013, adaptadas por este autor, as abordagens a agressoras transgênero, transexuais e travestis, preferencialmente, deverão ser realizadas por policiais femininas, observadas a compleição física da pessoa abordada e respeitada a opinião e vontade da policial feminina quanto à abordagem a ser realizada. Caso o policial masculino faça a abordagem, esta deverá ser procedida com o total respeito às pessoas abordadas. Será observado o disposto no art. 249, do CPP;

e.2. Caso a agressora seja mulher, a abordagem deverá, sempre que possível, ser realizada por policial feminina;

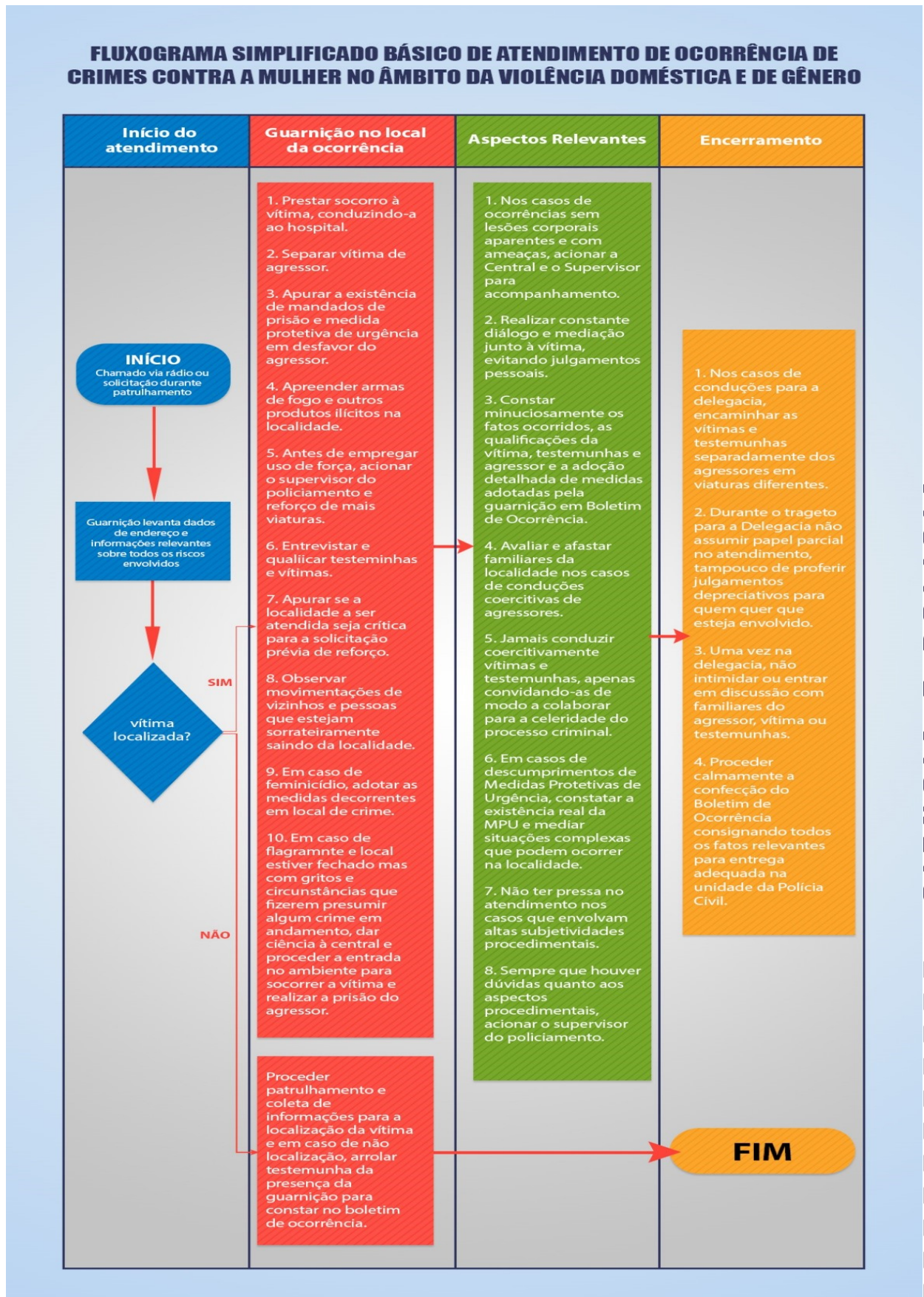


e.3. De qualquer forma todas as abordagens devem se limitar à realização de buscas pessoais de modo que não ultrapasse os limites legais possíveis, que não sejam humilhantes, depreciativas ou desrespeitosas;

f. Sugere-se que todas as ocorrências que tenham as mulheres como vítimas, principalmente as de ameaças, vias de fato, lesões corporais leves, lesões corporais graves, descumprimentos de Medidas Protetivas de Urgência, feminicídios tentados e feminicídios consumados tenham codificações específicas junto às centrais emergenciais de atendimentos policiais (190) visando, principalmente, fazer emergir dados estatísticos específicos nesse tão complexo e imbricado cenário;

A partir dos procedimentos expostos, encontra-se abaixo um fluxograma simplificado contendo o básico para o atendimento nos cenários emergenciais de crimes contra a mulher no âmbito da violência doméstica:

**Figura 2.** Fluxograma Simplificado Básico de Atendimento das Ocorrências de crimes contra a mulher no âmbito da violência doméstica e de gênero.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocorrências de violência doméstica são inúmeras pelo Brasil, mas apenas o que são monitorados são os feminicídios consumados. Como exemplo dessa contabilização é o que aponta o Atlas da Violência do IPEA (2018) quando apresentam os homicídios contra mulheres com CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36. No Espírito Santo, por exemplo, contando com 5,2 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes em 2016, correspondendo a 104 mortes em números absolutos. Mas teve seu ápice em 2009 com 216 mortes perfazendo uma taxa de 11,6 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes.

Os CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36 correspondem, respectivamente, a ‘agressões’ e ‘intervenções legais e operações de guerra’, daí presume-se dificuldades imensas para a contabilização específica de gênero e que estejam lastreadas com as questões atinentes à violência doméstica dentro ou fora do ambiente domiciliar.

Há ainda profunda preocupação quanto aos fatos que são compreendidos como de “menor potencial ofensivo” e que são catalizadores de ocorrências mais graves que ficam submersos em meio ao cotidiano de conflitos conjugais, não são catalogados ou precariamente contabilizados.

Os procedimentos ora sugeridos carecem de críticas, discordâncias e sugestões para vários aprimoramentos e adaptações necessárias a alcançar esta tão importante área de atuação, mas estagnada em meio à lacuna legal que posicionou o esquecimento da fundamental presença das Polícias Militares do Brasil nesses ambientes emergenciais tão graves.

Enfim, resta-nos amadurecer enquanto seres humanos singular e coletivamente, e, enquanto poderes públicos legalmente constituídos. Os organismos precisam se comunicar, compreender e respeitar as lacunas institucionais existentes e colaborar para preenchê-las, exatamente tendo como foco, ao mesmo tempo, a garantia do adequado atendimento à mulher vítima de violência doméstica e àqueles que exatamente estarão nesses cenários socorrendo e protegendo essas mesmas vítimas. Talvez esses sejam bons pontos de partida.





## 8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Conrado Ponte de. Aplicabilidade da teoria dos poderes implícitos na atividade de polícia judiciária. Revista Brasileira de ciências policiais. Volume 4, nº 2. Brasília, 2013. Disponível em: < <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/198/202>>. Acesso em 15 fev. 2019.

BRASIL. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRASIL. Código de Processo Penal Brasileiro. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm)>. Acesso em 15 fev. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRASIL. Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Instituiu o Código Penal Brasileiro. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRASIL. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm)>. Acesso em 15 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.641, de 3 de abril de 2018. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13641.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13641.htm)>. Acesso em 15 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Caderno Temático de Referência, Investigação Criminal de Homicídio, Capítulo 3. (SENASP, 2014). Disponível em: < [http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pop/investigacao\\_criminal\\_homicidios.pdf](http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pop/investigacao_criminal_homicidios.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria nº 586, de 01 de junho de 2016. Fica instituído o Núcleo de Proteção à Mulher no âmbito do Ministério da Justiça e



Cidadania. Disponível em: <  
[http://www.lex.com.br/legis\\_27146387\\_PORTARIA\\_N\\_586\\_DE\\_1\\_DE\\_JUNHO\\_DE\\_2016.aspx](http://www.lex.com.br/legis_27146387_PORTARIA_N_586_DE_1_DE_JUNHO_DE_2016.aspx)>. Acesso em: 06 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Procedimento Operacional Padrão. Perícia Criminal (SENASP, 2013). Disponível em: <  
[http://www.politec.mt.gov.br/UserFiles/file/Documentos/POPS\\_DE\\_PERICIA\\_-\\_VERSAO\\_PARA\\_INTERNET.pdf](http://www.politec.mt.gov.br/UserFiles/file/Documentos/POPS_DE_PERICIA_-_VERSAO_PARA_INTERNET.pdf)>. Acesso em: 06 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para mulheres. Diretrizes Nacionais Femicídio – Investigar, processar e julgar, com perspectivas de gênero as mortes violentas de mulheres. Disponível em: <  
<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femicidios-versao-web.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para mulheres. Pacto Nacional de enfrentamento à violência doméstica. Disponível em: <  
<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para mulheres. Política Nacional de enfrentamento à violência doméstica. Disponível em: <  
<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

COELHO, Hemílio Fernandes Campos. Et. al. Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. Disponível em: <  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-12822016000200003&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-12822016000200003&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 15 fev. 2019.

Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher - "Convenção de Belém do Pará" (1994). Disponível em: <  
<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

ESPÍRITO SANTO. Polícia Militar. Diretriz de Serviço nº 008/2016 – Procedimentos Padrão. Disponível em: <  
[http://www.pm.es.gov.br/intranet/publicacao/Comando/Diretriz\\_Servico/2016/DS\\_EMG008.pdf](http://www.pm.es.gov.br/intranet/publicacao/Comando/Diretriz_Servico/2016/DS_EMG008.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2019.

ESPÍRITO SANTO. Polícia Militar. Portaria nº 632-S, de 13.10.2016. Instituiu a Comissão de estudo e avaliação dos procedimentos operacionais e administrativos padrão na PMES – Nível de padronização geral. Disponível em: <

<http://www.pm.es.gov.br/intranet/publicacao/BGPM/2016/BGPM041.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

EUROSOCIAL. Diretrizes nacionais de investigação criminal com perspectiva de gênero Coleção Documentos de Política nº 28, área: Justiça, Princípios para atuação com perspectiva de gênero para o ministério público e a segurança pública do Brasil. Disponível em: < [http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2016/04/EUROsociAL\\_DiretrizesInvestigacaoPerspectivaGenero2015.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2016/04/EUROsociAL_DiretrizesInvestigacaoPerspectivaGenero2015.pdf) >. Acesso em: 08 fev. 2019.

GERHARD, Nádia. Patrulha Maria da Penha: o impacto da ação da Polícia Militar no enfrentamento da violência doméstica. – Porto Alegre : AGE : EDIPUCRS, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência. 2018. Disponível em: <

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2019.

LENZA, Pedro. Direito penal esquematizado: parte especial / Victor Eduardo Rios Gonçalves; coordenador Pedro Lenza. - 4. ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2014

MEDICINA e DIREITO: responsabilidade civil, judicialização da saúde, sigilo profissional, genética, violência contra a mulher e dignidade na morte. Reflexões e conferências do VII Congresso Brasileiro de Direito Médico, Brasília (DF), 3 e 4 de agosto de 2016. / Conselho Federal de Medicina, 2018.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Caderno Doutrinário 2 – Tática policial, abordagem a pessoas e tratamento às vítimas – Manual Técnico-Profissional nº 3.04.02/2013-CG. 2. Ed. 2013.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política. Disponível em: [http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/05/Ser\\_policial\\_sobretudo\\_razao\\_ser.pdf](http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/05/Ser_policial_sobretudo_razao_ser.pdf). Acesso em: 09 fev. 2019.

RAIMOND, Ronaldo. A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO FRENTE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. Monografia apresentada ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo através da Faculdade Brasileira, como requisito parcial para obtenção do





título de especialista em Segurança Pública. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Esp. Sabrina Oliveira de Figueiredo. Vitória-ES, 2013.

SERRANO, Carlos Balbino. O boletim de ocorrência policial militar no mundo jurídico. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/36239/o-boletim-de-ocorrencia-policial-militar-no-mundo-juridico>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

SOUZA, Wagner Batista de. Padronização de procedimento operacional na PMES para atendimento de ocorrências relacionadas à lei Maria da Penha. Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Gestão Policial Militar, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública da Polícia Militar do Espírito Santo, como requisito obrigatório para conclusão. Orientação: Pós-Doutora Gabriela Santos Alves. Vitória-ES, 2018.

Site “Feminicídio no Brasil”. Disponível em: <<http://femicidionobrasil.com.br/#introducao>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

WASELFIZ, Jacobsen. Mapa da violência, 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 09 fev. 2019.

# IMPACTO E SATISFAÇÃO NO ENSINO DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Fabrício de Andrade Raymundo**

[fbil30620@gmail.com](mailto:fbil30620@gmail.com)

Mestrando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (UnB), Especialista em Ciências Jurídicas, Literatura e Segurança Pública (UniDF, UnB e ISCP), e Graduado em Direito, Letras e Literatura Espanhola e Segurança Pública (UniCID, UnB e APMB).

**Isângelo Senna da Costa**

[isangelosenna@gmail.com](mailto:isangelosenna@gmail.com)

Doutorando e mestre em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações (UNB), Especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos (Unieuro) e Segurança Pública e Cidadania (UNB), e Graduado em Direito (UCB) e no Curso de Formação de Oficiais da PMDF.

Data do recebimento: 08/02/2017

Data da aprovação: 11/06/2019

## RESUMO

O presente estudo avaliou o impacto e a satisfação dos alunos nos cursos de Inteligência para a Segurança Pública (ISP) ofertados pelo setor de Inteligência de uma das instituições operadoras de segurança pública (OSP) brasileiras entre janeiro e outubro de 2015. A pesquisa foi conduzida por meio de análise de dados obtidos em literatura correlata ao tema, bem como por meio de coleta junto aos discentes de diferentes instituições que frequentaram os cursos no período. Produzido a partir de pesquisas quantitativas junto aos alunos matriculados e concludentes em cinco diferentes cursos ofertados no período. Avaliou-se a gestão educacional empregada, frente ao modelo conceitual de ensino de ISP por meio dos instrumentos: escala proposta conceitual de impacto do treinamento no trabalho (IMPACT), corroborada por Abbad e Pillatti 2005 – e escala de satisfação com a experiência acadêmica (ESEA) analisada por SCHLEICH, Ana Lúcia Righi et al (2006) – no recorte. Os resultados validam o proposto pela pesquisa, além de corroborar as teorias que relacionam o impacto do treinamento com a satisfação com a experiência acadêmica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Inteligência. Segurança Pública. Avaliação de impacto de treinamento.



## IMPACT AND SATISFACTION ON PUBLIC SAFETY INTELLIGENCE TEACHING

### ABSTRACT

This research evaluated the impact and the satisfaction in students towards the course of Intelligence for Public Security (ISP) offered by the Intelligence Sector of a State Police Unit in Brazil. The evaluated course sequences took place from January to October 2015. The research was conducted by means of data analysis obtained in literature related to the subject, as well as by interviewing students from different institutions that attended the course. Participants were enrolled and concluding students of five course sequences offered across the aforementioned period. The educational methods and techniques applied to the course were evaluated in relation to the conceptual model of ISP education through the following tools: conceptual framework of impact of work training (IMPACT), corroborated by Abbad and Pillatti 2005 - and scale of satisfaction with academic experience (ESEA) analyzed by SCHLEICH, Ana Lúcia Righi et al (2006) - no clipping. The results suggest the efficacy of the course model, besides corroborating the approaches that relate the impact of the training to the satisfaction with the academic experience.

**KEYWORDS:** Education. Intelligence. Public Security. Training impact assessment.

## 1. MODELO CONCEITUAL AVALIÁVEL DE ENSINO EM ISP

A eficácia das agências de segurança no Brasil cada vez mais vem sendo posta à prova. Isso se torna ainda mais delicado no momento em que o país alcança recordes em suas taxas de homicídio<sup>1</sup>. Por certo, a eficiência no emprego dos recursos materiais e humanos dessas instituições poderia contribuir com melhores resultados com vistas à prevenção criminal e à elucidação de crimes, por exemplo. Ademais, não há dúvidas de que se investindo em ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E), ao menos no médio e no longo prazo, as agências estatais com atribuições no campo da segurança pública seriam capazes de alcançar melhor performance.

No momento em que a sociedade, a academia e os gestores públicos clamam por caminhos alternativos às usuais estratégias de prevenção e combate ao crime, um olhar especial deve ser dirigido à Inteligência de Segurança Pública (ISP). Nesse contexto, motivou-se uma pesquisa que vinculasse a ISP ao tema ações de TD&E.

A ISP é a vertente da atividade de inteligência atribuída aos Organismos operadores de segurança pública brasileiros (OSP), atualmente definida e contextualizada por meio de doutrina própria a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP).

Para que a ISP possa contribuir para a evolução das organizações de segurança pública, todos os atores que atuam com a matéria precisam estar aptos a entregar tudo o que a atividade exige em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes. Para tanto, esses atores precisam passar por aprimoramento constante.

O contexto brasileiro em termos de publicações acadêmicas voltadas ao ensino de inteligência nos OSP beira à escassez. A consequência dessa constatação apresenta um quadro em que ações de TD&E em ISP ocorrem com planejamento, gestão e execução sem a adoção de parâmetros mínimos de avaliação. Outro resultado advindo da falta de produção científica na área é o comprometimento das

<sup>1</sup> Infográfico: Segurança pública em números 2017. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Publicado em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/10/infografico2017-vs8-FINAL-.pdf>



ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E) das organizações dotadas de agência de ISP.

Este trabalho inicialmente identificou, por meio de pesquisa literária sobre a temática da Inteligência e da Segurança Pública, um marco de competências legais e técnicas dos profissionais de ISP, em que se chegou a um primeiro pilar composto por:

- Política Nacional de Inteligência (PNI) - Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016;
- Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência (DNAI/GSI/ABIN) (2016) 1. Atividade de Inteligência - doutrina – Brasil. 2. Atividade de Inteligência - ensino. I. Agência Brasileira de Inteligência. II. Título;
- Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP/SENASP) (2015);
- Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública (SENASP, 2014) - Área temática VI - Disciplina: Inteligência de Segurança Pública.

Em adição e numa perspectiva interna, compondo um segundo pilar, chegou-se às normas internas e as específicas dos OSP que regulam o ensino e a atividade de inteligência. Desta pesquisa encontrou-se as seguintes normas:

- Normas e regulamentos de organização básica institucionais;
- Normas Gerais de Ensino (NGE) e seus respectivos;
- Planos diretores de inteligência – (PlaDInts).

Como terceiro pilar, atuando na eficácia das ações de TD&E na área de ISP e ao complexo normativo e procedimental descrito acima, deve-se somar:

- Estrutura de ensino disponibilizada pela instituição - física, pessoal (professores/instrutores) e material (meios, ferramentas e facilidades);
- A capacidade de inovação dos cursos em todo o ciclo de planejamento, gestão e execução/ organização.

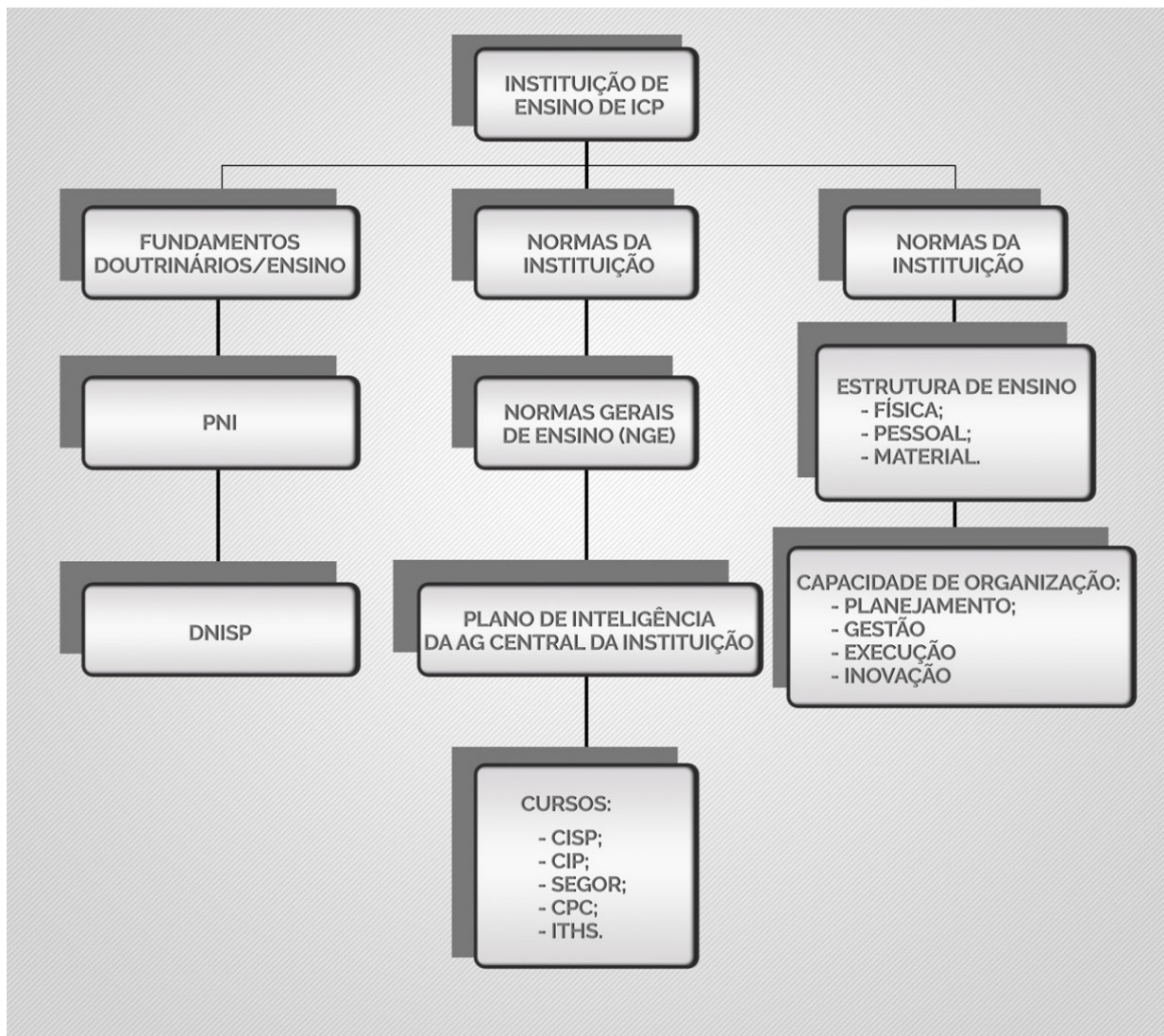




A figura 1 ilustra um modelo conceitual para o ensino em cursos de ISP, o qual agrega a parte Fundamental/doutrinária, Normativa/institucional e a preparação do curso.

Esse modelo foi implementado na instituição de segurança pública em estudo no período de x a y. Em um recorte das ações de TD&E, apenas o impacto das ações de treinamento realizadas pela organização nesse período serão avaliados neste trabalho.

**Figura 1.** Modelo conceitual para o ensino de ISP.



**Fonte:** produzido pelos autores.

Medir os resultados do modelo de treinamento descrito na Figura 1 é essencial tanto para seu aprimoramento quanto para sua possível adaptação para outras instituições com atuação em ISP. Em que pese a ausência na literatura de trabalhos empíricos que tenham medido as variáveis “impacto no treinamento” e

“satisfação com a experiência acadêmica” no contexto de capacitações de ISP, acredita-se que, pelo amplo uso em outras áreas, essas medidas possuem suficientes evidências de validade e fidedignidade para cumprir com os objetivos deste trabalho.

A implementação desse modelo pelos OSP consiste em estabelecer este parâmetro conceitual para o ensino de ISP, checá-lo tecnicamente junto aos servidores e vincular os resultados observados às instituições para ajustes ou para manutenções futuras.

No processo de pesquisa e revisão da literatura restou confirmado a aplicabilidade de dois instrumentos de pesquisa ao público e ao modelo conceitual em alunos da instituição pesquisada. As escalas ESEA (escala de satisfação com a experiência acadêmica) e IMPACT (escala proposta conceitual de impacto do treinamento no trabalho) foram utilizadas com adequações sem causar prejuízo no resultado.

Avaliou-se, portanto, os cursos voltados à ISP organizados segundo o modelo conceitual apresentado<sup>2</sup>, utilizando-se das escalas já validadas no cenário Acadêmico em Treinamento Desenvolvimento e Educação (TD&E), aplicado aos discentes já no desempenho das funções após o treinamento.

A compilação e apresentação desses dados caracteriza-se como o objetivo específico deste trabalho.

## 2. MÉTODO

A presente pesquisa foi realizada utilizando-se métodos quantitativos sob a perspectiva interpretativa. A exploração literária com base em pesquisas bibliográficas referentes a como se analisar o impacto e a satisfação das ações de treinamento, desenvolvimento e educação (TD&E) nas organizações. Adotou-se

---

<sup>2</sup> Os seguintes cursos foram analisados: 1º Curso de Inteligência de Segurança Pública – nível Oficiais – 180 h/a; 19ª edição do Curso de Análise de Inteligência/ Produção do Conhecimento – nível Misto – 42 h/a; 1º Curso de Segurança Orgânica – nível Misto - 42 h/a; 2º Curso de Inteligência Policial – nível Misto -100 h/a; 3 Edições das Instruções técnicas de habilitação ao SIPOM – ITHS - nível Misto – 12 h/a.





avaliar o modelo conceitual de ensino<sup>3</sup> para capacitar o Agente de Inteligência na vertente de ISP utilizado na organização objeto do estudo junto aos alunos quando do retorno às atividades.

Considerou-se o evidenciado por Schilich et al. (2006), no que se refere à validade da pesquisa, especialmente no modelo ESEA, quando concluem que se faria relevante e recomendável a pesquisa com amostras de diferentes instituições, dada a complexidade do construto “satisfação acadêmica”. Foi aplicado junto aos alunos o questionário composto de 28 (vinte e oito) perguntas fechadas, sendo seis delas de cunho demográfico.

Utilizou-se a ferramenta *Google Forms*, por meio da qual os entrevistados poderiam responder o questionário utilizando apenas um *smartphone*. Com relação aos procedimentos de análise de dados obtidos, foi utilizado o *software Statistical Package for the Social Sciences – SPSS*, versão 20.0.

### 3. PARTICIPANTES

O grupo composto de 201 (duzentos e um) discentes oriundos de 35 (trinta e cinco) diferentes instituições que participaram dos cursos atende esta proposta de método à luz do que articulam Schleich et al. (2006) na gestão de cinco cursos de ISP. Utilizou-se nesta pesquisa a escala que apresenta qualidades psicométricas apropriadas, com evidência de validade de construto e bons coeficientes de consistência interna. Sendo esta utilizada para fins de pesquisa, de gestão e de intervenção.

Ao aplicá-las, revelam-se pistas que podem direcionar as ações de planejamento, intervenção e investimento nas instituições a fim de promover o desenvolvimento integral dos estudantes. Os dados obtidos, além de utilizados para uma ação direta com o discente, podem compor a avaliação da eficácia institucional e dos contextos educativos.

Dos participantes, 136 discentes são integrantes da PMDF e 65 alunos pertencem a órgãos congêneres, de 34 (trinta e quatro) diferentes instituições. O

---

<sup>3</sup> No período da pesquisa, ressalva-se que não estavam em vigor o Decreto 8793/2016 e a Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência DNAI citadas na introdução. Vindo estas serem adicionadas somente ao modelo conceitual e não à pesquisa, realizada conforme o período em recorte.



Apêndice 1 apresenta a descrição detalhada dos participantes, expressa na quantidade de alunos organizados por instituição em cada curso da vertente ISP frequentado na OSP objeto da pesquisa e gerido pelo setor de treinamento correspondente entre os meses de janeiro a outubro de 2015 na sequência em que aparecem no apêndice.

#### 4. AMOSTRA

Foi possível captar uma amostra de 28% da população (n=56) oriundos de 13 (treze) instituições. Convém salientar que, pelas limitações de recurso, a amostra para o presente trabalho foi coletada por conveniência, não sendo, portanto, representativa da população.

O esquema amostral consolidou-se por meio de respostas individuais dos instrumentos de impacto no treinamento em amplitude (IMPACT) corroborado por Abbad e Pilati (2005) e o de satisfação (ESEA) com as adaptações pertinentes ao tema deste trabalho. A expectativa de amostra, com base na natureza desta pesquisa – estatística descritiva – era inicialmente de 10% (n=20) da população selecionado por conveniência.

Da amostra, apenas um dos participantes respondeu somente a segunda parte da pesquisa, atribuindo apenas valores idênticos, bem como ignorou a parte demográfica e a primeira parte da pesquisa. Ou seja, apenas 20% do questionário. Portanto, esta contribuição foi descartada. Consideraram-se válidas, por fim, a contribuição de 55 respondentes.

#### 5. INSTRUMENTO

Para a mensuração da percepção de satisfação com o trabalho, bem como para a medida de impacto do treinamento no trabalho, Dos Santos e Mourão (2011) fizeram uso apenas de instrumentos validados. Assim como os referidos autores, utilizou-se para esta pesquisa como instrumentos de mensuração das variáveis, duas escalas, desenvolvidas e com evidências de validade e fidedignidade no País e com bons índices psicométricos. Essas escalas são do tipo Likert e foram analisadas considerando-se os fatores estabelecidos nas pesquisas.

A produção da informação seguiu conforme a aplicação de questionário junto aos alunos, adaptado dos instrumentos: – escala (IMPACT), proposta conceitual de



impacto do treinamento no trabalho, validada por Abbad (1999) e corroborada também por Abbad e Pilati (2005) – e escala (ESEA) de satisfação com a experiência acadêmica analisada por Schleich et al. (2006).

O questionário, composto pela junção de ambos instrumentos, é caracterizado por questões fechadas, com respostas em nível crescente na escala de cinco alternativas.

A primeira parte – impacto – avalia por meio de seis questões o quanto as pessoas que participaram do treinamento percebem estar aplicando nele os conteúdos aprendidos no curso, tais como: frequência de utilização, melhoria da qualidade do trabalho após o curso, redução do número de erros, entre outros que estarão apresentados a seguir, que continham respostas tipo likert de cinco alternativas, com escala de cinco pontos, definida da seguinte forma: 1. Discordo totalmente da afirmativa; 2. Discordo um pouco da afirmativa; 3. Não discordo e nem concordo; 4. Concordo com a afirmativa; e 5. Concordo totalmente com a afirmativa. Quanto mais próximo de cinco, mais o entrevistado concordava com a afirmação. (A Tabela 1. Apresenta a escala IMPACT<sup>4</sup>, com os itens selecionados para a consecução deste trabalho de pesquisa – itens 1,3,5,6,8 e 10).

**Tabela 1.** Itens utilizados nesta pesquisa, baseado no instrumento de impacto do treinamento em amplitude corroborados por Abbad e Pilati (2005).

#### Itens

1. Utilizo, com frequência, em meu trabalho atual, o que foi ensinado no treinamento.
3. As habilidades que aprendi no treinamento fizeram com que eu cometesse menos erros, em meu trabalho, em atividades relacionadas ao conteúdo do treinamento.
5. Quando aplico o que aprendi no treinamento, executo meu trabalho com maior rapidez.
6. A qualidade do meu trabalho melhorou nas atividades diretamente relacionadas ao conteúdo do treinamento.
8. Minha participação no treinamento serviu para aumentar minha motivação para o trabalho.
10. Após minha participação no treinamento, tenho sugerido, com mais frequência, mudanças nas rotinas de trabalho.

**Fonte:** Abbad e Pilati (2005).

<sup>4</sup> Com respeito à escala IMPACT, é fundamental fazer-se constar que os coeficientes de fidedignidade – índice Alfa de Cronbach – no estudo original foram de 0,90, indicando uma escala com alto grau de precisão (DOS SANTOS e MOURÃO, 2011). Índice este que avalia a consistência numa escala de valor que varia de 0,00 até 1,00.



A segunda parte – satisfação – inclui aspectos importantes para a compreensão de como os estudantes percebem sua satisfação em relação à experiência acadêmica. Foram consideradas cinco dimensões conceituais: pessoal, interpessoal, carreira, estudo/curso e institucional, as quais foram avaliadas por meio de 16 questões, que também continham respostas de 5 alternativas, com escala de cinco pontos descritos a seguir: 1. Nada satisfeito; 2. Pouco satisfeito; 3. Nem insatisfeito nem satisfeito; 4. Satisfeito e 5. Totalmente satisfeito. Quanto mais próximo de “5” o entrevistado concorda com a afirmação de que as condições estão presentes no ambiente pós-treinamento.

A Tabela 2 apresenta a escala ESEA<sup>5</sup> com os itens selecionados dentro de cada fator ou subescala: Satisfação com o curso – itens 1,5 ,13 ,21 ,28 ,31 ,34 e 35 – oportunidade de desenvolvimento – itens 3,9,11,24 e satisfação com a instituição – itens 4,7,19 e 20.

**Tabela 2.** Itens utilizados nesta pesquisa baseado na escala do modelo (ESEA) de satisfação com a experiência acadêmica analisada por Schleich et al. 2006.

### Itens

#### *Satisfação com o curso*

1. Relacionamento com os professores.
5. Relacionamento com os colegas do curso.
13. Conhecimento dos professores sobre o conteúdo das disciplinas que ministram.
21. Compromisso da instituição com a qualidade de formação.
28. Estratégia de aula utilizada pelos professores.
31. Relevância do conteúdo das disciplinas.
34. Adequação do conteúdo para formação.
35. Adequação entre as tarefas exigidas no curso e o tempo estabelecido pelos professores para realização.

#### *Oportunidade de desenvolvimento*

3. Currículo do curso.
9. Envolvimento pessoal nas atividades do curso.
11. Condições oferecidas para o meu desenvolvimento profissional.
24. Oportunidade de desenvolvimento pessoal oferecida pela instituição.

<sup>5</sup> Em relação à Escala de Satisfação com a Experiência Acadêmica (ESEA) a sua consistência interna foi avaliada utilizando-se também o cálculo – índice Alfa de Cronbach – obtendo o valor de 0,94, indicando uma boa consistência interna de seus itens na avaliação da satisfação com a experiência acadêmica. Schleich et al. (2006). Com relação às subescalas, os alphas obtidos foram 0,90 para a Satisfação com o curso e 0,87 para as demais dimensões, a saber, Oportunidade de desenvolvimento e Satisfação com a instituição.



*Satisfação com a instituição*

4. Recursos e equipamentos audiovisuais disponíveis na instituição.  
 7. Atendimento e clareza das informações oferecidas pelos funcionários da secretaria.  
 19. Segurança oferecida pela instituição.  
 20. Infraestrutura física das salas de aula.

**Fonte:** Schleich et al. (2006).

A presente pesquisa utilizou a aplicação dos questionários apresentados acima, utilizando-se dos itens mais relevantes para o contexto dos treinamentos levados a efeito na instituição objeto do estudo. Buscou-se manter o equilíbrio dos fatores e construtos. A tabela 3 ilustra de forma lógica a manutenção dos itens utilizados em cada fator.

**Tabela 3.** Resumo lógico da investigação da pesquisa.

Recorte (Alvo)	Investigou-se (o quê)	Instrumentos	Foco na gestão educacional	Itens mantidos - considerada a relevância para a pesquisa
Cursos ISP	Impacto	(IMPACT) Unifatorial	Modelo conceitual para realização de cursos de ISP.	Fator único. Itens 1,3,5,6,8 e 10 Multifator.
	Satisfação	(ESEA) Multifatorial		Satisfação com o curso, itens 1,5,13,21,28,31,34 e 35. Oportunidade de desenvolvimento, itens 3,9,11,24. Satisfação com a instituição, itens 4,7,19 e 20.

**Fonte:** Exploração literária e pesquisa de campo.



## 6. ANÁLISE DOS DADOS E DO RESULTADO

Responderam ao questionário de forma válida 27,9% (n=55) dos participantes propostos. Dos alunos, 25,9% (n=14) eram do sexo feminino, e 74,1% (n=41) do sexo masculino. A referida amostra apresentou ainda idade mínima de 25 anos e máxima de 51 anos, com média de 36,75 anos de idade.

Observou-se, também, que dentre os entrevistados, 31,5% (n=17) tinham entre 1 e 5 anos de profissão e 24,1% (n=13) entre 16 e 20 anos de serviço – faixas etárias maiormente representadas (ver tabela 4).

**Tabela 4.** Tempo de serviço dos respondentes.

<b>Tempo</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
1 a 5 anos	17	31,5
6 a 10 anos	9	16,7
11 a 15 anos	6	11,1
16 a 20 anos	13	24,1
21 a 15 anos	6	11,1
Acima de 26 anos	3	5,6
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

**Fonte:** elaborado pelos autores.

Em termos de escolaridade, constatou-se na amostra que 50% (n=27) possuíam nível educacional especialização, MBA ou equivalente, 3,7% (n=2) mestrado, 44% (n=24) ensino superior e apenas 1,8% (n=1) ensino médio. A tabela 5 apresenta o detalhamento do quesito demográfico – escolaridade dos respondentes – que constatou um elevado nível da formação educacional da amostra.

**Tabela 5.** Escolaridade dos respondentes.

<b>Nível de escolaridade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Ensino médio	1	1,9
Ensino superior	24	44,4
Especialização	27	50,0
Mestrado	2	3,7
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** elaborado pelos autores.

Com relação à representatividade das instituições, das 35 (trinta e cinco) instituições da população total, obteve-se respondentes de 13 (treze), ou 37,1% do total de instituições consideradas (ver tabela 6).

**Tabela 6.** Representatividade das instituições na amostra

Instituição	N
CBMDF	1
PMAM	3
PMDF	39
PMES	1
PMMA	3
PMPB	1
PMSC	1
POLÍCIA FEDERAL	1
POLÍCIA LEGISLATIVA	1
POLICÍA NACIONAL PERÚ	1
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1
SEAI/AM	1
SSP/DF	1
Total	55

**Fonte:** elaborado pelos autores.

No estudo da relação de cursos analisados em comparação com os alunos respondentes da amostra, obteve-se a análise conforme a tabela 7, por meio do qual o resultado apontou 20 (vinte) alunos egressos do 1º SEGOR, 14 (quatorze) alunos do 1º CISP, 13 (treze) alunos correspondem ao 2º CIP, 5 ao 19º CPC e 3 oriundos das ITHS.

**Tabela 7.** Relação de alunos por curso realizado.

Curso	N	%
1º CISP	14	25,5
1º SEGOR	20	36,4
19º CPC	5	9,1
2º CIP	13	23,6
ITHS - qualquer edição	3	5,5
Total	55	100

**Fonte:** elaborado pelos autores.

## 7. IMPACTO DO TREINAMENTO NO TRABALHO (UNIFATORIAL)

Os resultados obtidos na pesquisa, os quais podem ser vistos por meio da tabela 6, apresentam as estatísticas dos achados no fator Impacto do treinamento junto à amostra da pesquisa, por meio dos seis diferentes quesitos já apresentados na tabela 3. Em destaque tem-se a média encontrada em cada item, a média do fator (4,3727) e o desvio-padrão de 0,54240.



**Tabela 8.** Avaliação estatística média da aplicação do questionário (IMPACT) com as 6 questões utilizadas na pesquisa para alunos de ISP.

Curso	N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-Padrão
Impacto do treinamento (unifatorial)	55	2,67	5,00	4,37	0,54

**Fonte:** elaborado pelos autores.

## 8. SATISFAÇÃO COM A EXPERIÊNCIA ACADÊMICA (MULTIFATORIAL)

### FATOR 1. SATISFAÇÃO COM O CURSO

A tabela 9 apresenta as estatísticas dos achados no fator satisfação com o curso junto a amostra da pesquisa, por meio dos quesitos apresentados na tabela 3. Em destaque tem-se a média encontrada em cada item, a média do fator (4,4766) e o desvio-padrão de 0,42308.

**Tabela 9.** Dados globais de análise do primeiro fator de satisfação analisado: satisfação com o curso:

Item	N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-Padrão
Satisfação Experiência Acadêmica (multifatorial) fator:	55	3,38	5,00	4,48	0,42
Satisfação com o curso					

**Fonte:** elaborado pelos autores.

### FATOR 2. OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO

A tabela 10 apresenta as estatísticas dos achados no fator oportunidade de desenvolvimento junto à amostra da pesquisa. Em destaque tem-se a média encontrada em cada item, a média do fator (4,4455) e o desvio padrão de 0,50619.

**Tabela 10.** Dados globais de análise do primeiro fator de satisfação analisado: satisfação com o curso

Item	N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-Padrão
Satisfação Experiência Acadêmica (multifatorial) fator:	55	3,00	5,00	4,45	0,51
Oportunidade de desenvolvimento					

**Fonte:** elaborado pelos autores.



### FATOR 3. SATISFAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO

A tabela 11 apresenta as estatísticas dos achados no fator Satisfação com a instituição junto à amostra da pesquisa. Em destaque tem-se a média encontrada em cada item, a média do fator (4,5773) e o desvio padrão de 0,46116.

**Tabela 11.** Dados globais de análise do primeiro fator de satisfação analisado: satisfação com o curso:

Item	N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-Padrão
Satisfação Experiência Acadêmica (multifatorial) fator:	55	3,50	5,00	4,58	0,46
Satisfação com a instituição					

**Fonte:** elaborado pelos autores.

## 9. DISCUSSÃO

O resultado encontrado acima de 4,3 pontos na escala para ambos os questionários evidenciou a pertinência do modelo de gestão educacional em ISP utilizado pela instituição estudada no período de janeiro a outubro de 2015.

O fenômeno do impacto do treinamento no trabalho traz em seu bojo indicadores de mudanças no desempenho global do treinado, bem como em sua motivação e atitudes em relação ao seu trabalho. Então é definido como a influência que o evento instrucional exerce sobre o desempenho global subsequente do participante do treinamento, bem como em suas atitudes e motivação. (ABBAD e PILATI, 2005).

Os seis quesitos utilizados balizaram a avaliação com uma média de 4,37 pontos, com pico de 4,50 pontos referente ao item nº 8. “Minha participação no treinamento serviu para aumentar minha motivação para o trabalho” evidenciando relação do impacto diretamente ligado ao desempenho da função quando do retorno ao posto de trabalho de origem dos respondentes.

Ao seu turno as medidas de satisfação abrangem o nível de satisfação do estudante com toda a experiência de formação e também aspectos mais específicos ligados à qualidade do ensino, ao currículo, ao relacionamento com os professores e colegas, a administração, as instalações e recursos da universidade – no caso deste estudo, da instituição estudada – além da percepção do estudante sobre o

ambiente acadêmico e intelectual da instituição, conforme previram Schleich, Polydoro e Santos (2006 apud Astin, 1993).

Por incluir diferentes áreas da experiência acadêmica do estudante, a satisfação é considerada multidimensional Schleich et al.(2006).

Os dezesseis quesitos utilizados, para se aferir a percepção dos entrevistados quanto à satisfação com a experiência acadêmica, apresentaram resultados com uma média de 4,49, com picos de 4,76 no item nº 5. “Relacionamento com os colegas do curso”, de 4,60 no item nº 9. “Envolvimento pessoal nas atividades do curso” de 4,74 no item nº 19. “Segurança oferecida pela instituição”.

Quanto à análise global dos desvios padrão encontrados, tendo sido estes inferiores a 0,55, concluiu-se que houve relevância nas respostas ao questionário. Isso sugere a validade e a confiabilidade das médias na descrição da amostra, uma vez que houve uma variabilidade pequena das respostas obtidas.

Em vários estudos a investigação da satisfação acadêmica surge como um elemento importante na avaliação da eficácia institucional e dos contextos educativos, possibilitando às instituições reestruturarem sua organização para se adaptarem às necessidades dos estudantes; aqui entendido por este pesquisador como gestão educacional (SOARES, VASCONCELOS e ALMEIDA, 2002).

À luz dos princípios de TD&E, bem como às mudanças sociopolíticas e econômicas no Brasil e no mundo há uma iminente necessidade de qualificação e requalificação dos trabalhadores dos mais diferentes setores e tipos de organizações. Nesse contexto, as organizações têm apresentado crescente demanda para conhecer os resultados das avaliações de TD&E (DOS SANTOS e MOURÃO, 2011). Portanto, é imperioso que também venha a ser crescente a preocupação com os resultados relativos à melhoria de desempenho no trabalho.

No entanto, apesar do aumento do interesse nos resultados do treinamento, com especial foco para o desempenho no trabalho, são poucas as organizações que de fato avaliam o impacto de suas ações de TD&E. Ainda que o sistema de treinamento seja visto, nas últimas décadas, como área estratégica nas organizações, restam dúvidas quanto a diversos efeitos do impacto do treinamento, entre eles está um possível aumento da satisfação com o trabalho.



Foi o que este trabalho almejou especialmente no que tange às ações de treinamento, desenvolvimento e educação TD&E para as organizações que se dedicam à inteligência de segurança pública ISP.

Percebeu-se com os resultados da pesquisa que o impacto dos cursos refletiu na avaliação da satisfação, especialmente no que concerne à avaliação da eficácia institucional apresentado pela instituição estudada, ante aos respondentes de 13 diferentes instituições. Destarte, os resultados sugerem que o nível de satisfação da equipe respondente – representada pela amostra – foi aumentado ao ser submetido ao treinamento, corroborando com o que já apontou as teorias apresentadas por Dos Santos e Mourão, (2011), Silva (2011) e Meneses (2007).

O aumento da satisfação relatado pode ser interpretado como resultado do impacto do treinamento, analisado ainda como a melhoria da qualidade do trabalho, do conhecimento, das habilidades e das atitudes – os CHAs – necessários para o desempenho da atividade de ISP, e constantes da matriz MCN/Senasp.

Por fim, os resultados apontaram que o modelo conceitual em ensino de ISP adotado pela instituição estudada no período surtiram um efeito positivo em termos de impacto e satisfação do modelo de gestão dos cursos.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo realizou-se pela investigação de avaliar se o modelo conceitual em ensino de ISP utilizado em uma OSP brasileira, aplicado nos cursos ofertados pelo seu respectivo setor de treinamento, têm evidências de efetividade em termos de “Impacto do Treinamento no Trabalho” e “Satisfação com a Experiência Acadêmica” no retorno dos alunos aos órgãos/ unidades de origem.

Houve avaliação positiva de ambos os construtos, bem como corroborou a forte correlação entre os referidos, algo que vem se consolidando na literatura da área.

Há que se mencionar as limitações advindas deste trabalho. Em relação à conveniência da amostra percebeu-se que, ainda superando a previsão inicial, poderia ter atingido um número maior de respondentes. Por meio de sensibilização e com o apoio de auxiliares, poderia se ter trabalhado com todos os participantes (201 alunos) e não apenas com a amostra (56 respondentes).



Sugere-se a replicação do método utilizado nesta pesquisa em estudos de impacto de treinamento em outras instituições dedicadas ao ensino da atividade de inteligência, assim como em setores das instituições de segurança pública, que não apenas a AI.

Uma hipótese a ser testada nesse sentido seria se a aplicação completa dos instrumentos levaria aos mesmos resultados de suas versões sumarizadas. A análise individualizada de alguns questionários também merece ser considerada, a fim de que seja analisada caso a caso e implementar as mudanças de acordo com o *feedback* apontado ao checar esses dados obtidos com a realidade da instituição estudada. Tem-se, então, um componente inicial para a proposição de desenvolvimento e melhoras da gestão de TD&E.

A MCN/SENASP apenas trata da Inteligência (ISP) como uma disciplina da “ÁREA TEMÁTICA VI - Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública”, que nos remete ao grau de importância que a temática vem recebendo. Desconsidera-se, portanto, que temáticas como Segurança orgânica, operações de inteligência, produção de conhecimento entre outros, passem a ser considerados meros tópicos de uma disciplina. Haja vista a similaridade temática da Inteligência, e por esta pesquisa haver coletado a opinião de agentes de diferentes estados do País, oriundos de diferentes organismos, os resultados obtidos no presente trabalho podem subsidiar ações em outros contextos organizacionais de inteligência. Dentre esses, citam-se aqueles que se dedicam ao ensino, a capacitação e a instrução em inteligência: Escola de Inteligência da ABIN, Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Força Aérea Brasileira, Seção de Capacitação da CGI/Senasp, bem como às escolas de inteligência das polícias e corpos de bombeiros co-irmãos.

Por fim, cabe salientar que ainda que não se tenha exaurido a pesquisa quanto à literatura que trate do ensino de Inteligência, pôde-se evidenciar que o material achado e analisado para a vertente ISP trata a temática com pouca profundidade, ou com pouca importância frente à realidade atual. Algo preocupante que merece mais atenção.



## APÊNDICE 1

**Tabela 12.** Quantitativo de alunos PMDF/outras órgãos, números por cursos – 2015 (jan.- out.).

	1°CISP	19°CPC	1° SEGOR	1° CIP	ITHS	TOTAL
PMDF	14	10	16	18	78	136
PMAM	1		1			2
PMSC	1					1
PMGO		2				2
PMPR			2			2
PMRS		1				1
PMMA			2	1		3
PMPB				2		2
PMES		1				1
PMBA		1				1
PF		2	2			4
PRF		3				3
PCDF		6				6
PCPI		1				1
PCMG		1				1
PCPR			1			1
PCMT			2			2
CBMDF		3	1			4
CBMGO		1				1
EXÉRCITO			2			2
FAB			1			1
MARINHA			1			1
DEPEN		3				3
STF		1				1
TJDFT			1			1
ANTT		2				2
MPDFT			1			1
PR		1				1
SSP/DF		1	1			2
SEAI/AM			1			1
POLÍCIA CAMARA		1		3		4
POLÍCIA SENADO		1	2			3
CASA MILITAR/DF			1	1		2
SOPS/DF			1			1
POLICIA NACIONAL			1			1
PERU						
<b>TOTAL ALUNOS</b>	<b>16</b>	<b>42</b>	<b>40</b>	<b>25</b>	<b>78</b>	<b>201</b>

Fonte: CGI-Senasp/ MJ e DTrein/CI-PMDF.

## ANEXO 1

Tabela 13. Cargas fatorias dos itens das dimensões e da ESEA obtidas por meio da extração de componentes principais com rotação varimax.

Itens da escala por dimensão	Cargas Fatorias
<b>Satisfação com o curso</b>	
1 Relacionamento com os professores	0,659
5 Relacionamento com os colegas do curso*	0,334
8 Adequação entre o envolvimento pessoal no curso e o desempenho acadêmico obtido	0,572
12 Interesse dos professores em atender os estudantes durante as aulas	0,666
13 Conhecimento dos professores sobre o conteúdo das disciplinas que ministram	0,710
14 Reconhecimento por parte dos professores do meu envolvimento com minha formação	0,627
21 Compromisso da instituição com a qualidade de formação	0,620
25 Avaliação proposta pelos professores	0,666
28 Estratégia de aula utilizada pelos professores	0,668
31 Relevância do conteúdo das disciplinas	0,632
33 Disponibilidade dos professores em atender os alunos fora da sala de aula	0,610
34 Adequação do conteúdo para formação	0,644
35 Adequação entre as tarefas exigidas no curso e o tempo estabelecido pelos professores para realização	0,549
<b>Oportunidade de desenvolvimento</b>	
2 Diversidade das atividades extracurriculares oferecidas pela instituição	0,521
3 Currículo do curso	0,532
6 Eventos sociais oferecidos pela instituição	0,625
9 Envolvimento pessoal nas atividades do curso	0,456
10 Programas ou serviços de apoio aos estudantes oferecidos pela instituição	0,573
11 Condições oferecidas para o meu desenvolvimento profissional	0,616
17 Condições para ingresso na área profissional de formação	0,737





23 Programa de apoio financeiro oferecido pela instituição	0,536
24 Oportunidade de desenvolvimento pessoal oferecida pela instituição	0,667
26 Adequação entre o meu investimento financeiro para custear os estudos e a formação recebida	0,523
<b>Satisfação com a instituição</b>	
4 Recursos e equipamentos audiovisuais disponíveis na instituição	0,433
7 Atendimento e clareza das informações oferecidas pelos funcionários da secretaria	0,490
15 Equipamentos e <i>softwares</i> oferecidos pelo laboratório de informática	0,542
16 Atendimento e clareza das informações oferecidas pelos funcionários da biblioteca	0,642
18 Acervo disponível na biblioteca	0,595
19 Segurança oferecida pela instituição	0,486
20 Infraestrutura física das salas de aula	0,680
22 Infraestrutura física da instituição	0,625
27 Limpeza da instituição	0,518
29 Serviços oferecidos pela biblioteca	0,691
30 Conformidade das instalações da instituição	0,719
32 Localização dos diferentes setores que compõem a instituição	0,536

\* item mantido embora não tenha atingido a carga fatorial mínima de 0,40



**Tabela 14.** Itens do instrumento de impacto do treinamento em amplitude (Abbad, 1999)

Itens
1. Utilizo, com frequência, em meu trabalho atual, o que foi ensinado no treinamento.
2. Aproveito as oportunidades que tenho para colocar em prática o que me foi ensinado no treinamento.
3. As habilidades que aprendi no treinamento fizeram com que eu cometesse menos erros, em meu trabalho, em atividades relacionadas ao conteúdo do treinamento.
4. Recordo-me bem dos conteúdos ensinados no treinamento.
5. Quando aplico o que aprendi no treinamento, executo meu trabalho com maior rapidez.
6. A qualidade do meu trabalho melhorou nas atividades diretamente relacionadas ao conteúdo do treinamento.
7. A qualidade do meu trabalho melhorou mesmo naquelas atividades que não pareciam estar relacionadas ao conteúdo do treinamento.
8. Minha participação no treinamento serviu para aumentar minha motivação para o trabalho.
9. Minha participação nesse treinamento aumentou minha autoconfiança. (Agora tenho mais confiança na minha capacidade de executar meu trabalho com sucesso).
10. Após minha participação no treinamento, tenho sugerido, com mais frequência, mudanças nas rotinas de trabalho.



## 11. REFERÊNCIAS

ABBAD, Gardênia; SALLORENZO, Lucia Henriques. Desenvolvimento e validação de escalas de suporte à transferência de treinamento. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, v. 36, n. 2, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. Informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

BITTNER, Egon. Aspectos do Trabalho Policial. São Paulo: Edusp, 2003.

BRANDÃO, Priscila Carlos & CEPIK, Marco. Inteligência de Segurança Pública: Teoria e Prática no Controle da Criminalidade. Niterói, RJ: Impetus, 2013. 432 p.:16x23 cm.

BRASIL. Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2009. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3695.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3695.htm)> Acesso em 30.11.2015.

BRASIL. Decreto no 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 set. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4376compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4376compilado.htm)>. Acesso em 30.11.2015.

BRASIL. Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. DOU 30 jun. 2016. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8793.htm)> Acesso em 20.07.2017.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP. – 4.ed. ver. E atual. – Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. 146 p. D726 - Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência: fundamentos doutrinários. - Brasília: Abin, 2016.

DIAS, Isabel Simões. Competências em educação: conceito e significado pedagógico. Psicol. Esc. Educ. (Impr.), Jun 2010, vol.14, no.1, p.73-78. ISSN 1413-8557.

DISTRITO FEDERAL. Plano Estratégico 2011-2022: Planejando a Segurança Cidadã do Distrito Federal no Século XXI / Polícia Militar do Distrito Federal – Estado Maior / Seção de Inteligência Estratégica, Ciência e Tecnologia. 1a Ed. Brasília: PMDF / Rio de Janeiro: Talagarça, 2011.



DISTRITO FEDERAL. Portaria PMDF 917: Estabelece as Normas Gerais de Ensino (NGE).

DOS SANTOS, José Ricardo Vieira Silva; MOURÃO, Luciana. Impacto do treinamento como variável preditora da satisfação com o trabalho. *Revista de Administração*, v. 46, n. 3, p. 305-318, 2011.

FERRAZ, A. P. C. M.; BELHOT, Renato Vairo. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.

FERRO, Alexandre Lima. Inteligência de Segurança Pública e Análise Criminal. *Revista Brasileira de Inteligência*, v. 2, p. 77-92. Brasília: ABIN, abr. 2006.

FIALHO, Ivan (Org.). *A Natureza e o Ensino da Inteligência*. Rio de Janeiro: ESG, 2006.

GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de inteligência e legislação correlata. Rio de Janeiro: Impetus, 2009. *Jornal do Comércio*. Integração de órgãos garantiu segurança na Copa, diz Comando do Planalto. Disponível em <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=167541>>. Acesso em 06.12.2015.

LOCKE, Edwin A. What is job satisfaction?. *Organizational behavior and human performance*, v. 4, n. 4, p. 309-336, 1969.

MENESES, Pedro Paulo Murce. Avaliação de um curso de desenvolvimento regional sustentável no nível de resultados: a contribuição dos modelos lógicos e do método quase-experimental. 2007. 244 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MOREIRA, Waldicharbel Gomes. Necessidade de Capacitação e Treinamento Contínuo do Policial Militar Credenciado e Atuante na Atividade de Inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal. Monografia apresentada à Banca examinadora com exigência parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Segurança Pública. Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Luciel Henrique de. Quadros, Tabelas e Figuras. Como formatar, como citar, qual a diferença? Notas de Aula. Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa em Administração. CNEC-FACECA. Mestrado em Administração. Varginha, 2005.

OLIVEIRA, P. A atividade de inteligência na Polícia Militar do Distrito Federal como orientadora do emprego do policiamento ostensivo para a Copa do Mundo de 2014. Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia 2011.



PILATI, Ronaldo; ABBAD, Gardênia. Análise fatorial confirmatória da escala de impacto do treinamento no trabalho. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 21, n. 1, p. 43-51, 2005.

SCHLEICH, Ana Lúcia Righi; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge e SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. Escala de satisfação com a experiência acadêmica de estudantes do ensino superior. *Aval. psicol.* [online]. 2006, vol.5, n.1, p. 11-20. ISSN 2175-3431.

Secretaria Nacional de Segurança Pública, coordenação: Andréa da Silveira Passos... [et al.]. *Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. 362 p.

SILVA, Alexandre Laval. Avaliação de treinamentos nos níveis de impacto no trabalho e resultados organizacionais. 2011. XV, 225 f, il. Tese (Doutorado em Administração) —Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SIQUEIRA, Mirlene MM; GOMIDE JR, Sinésio. Vínculos do indivíduo com o trabalho e com a organização. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*, p. 300-330, 2004.

SOARES, Ana Paula; VASCONCELOS, Rosa; ALMEIDA, Leandro S. Adaptação e satisfação na Universidade: Apresentação e validação do Questionário de Satisfação Acadêmica (QSA). *Contextos e dinâmicas da vida acadêmica*, p. 153-165, 2002.

